**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA DE ME, EPP OU EQUIPARADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Número de ordem | EDITAL Nº | **18/2023** |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº | **18/2023** |
| PROCESSO LICITATÓRIO Nº | **75/2023** |
| Repartição interessada | PRESIDÊNCIA  |
| Setor | GABINETE DA PRESIDÊNCIA |

**01. DO PREÂMBULO**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA,** inscrita no CNPJ sob o número 19.038.603/0001-00**,** através de seu presidente, SIDNEY SOARES CARVALHO, inscrito no CPF nº 784.590.106-78, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **menor preço unitário**, pelo regime de execução indireta, com empreitada por preço unitário, conforme descrito neste edital e seus anexos. A presente licitação será regida em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 123/2006, e pela Lei Municipal nº. 4.760/2023 e alterações posteriores, e também pelas leis, resoluções e regulamentos específicos das agências reguladoras brasileiras pertinentes ao objeto.

O pregoeiro, Benedito Cesar Silva, nomeado através da Portaria nº 02/2023 processará e julgará a presente licitação, devidamente auxiliado pela equipe de apoio, nomeada através do mesmo instrumento.

O **PREGÃO** será realizado no dia **29 de agosto de 2023, com início às 10 horas**, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Extrema, localizada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Minas Gerais, quando deverão ser apresentados, no início, os **DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO, A DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E OS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

Optando o licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e os envelopes documentação e propostas poderão ser entregues no protocolo da Secretaria Administrativa, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente Edital.

**02. DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**02.01.** **Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência. Total estimado: 247 (duzentos e quarenta e sete).

**03. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

03.01**.** As comunicações referentes ao certame serão publicadas **na Imprensa Oficial do Município de Extrema no seguinte endereço na rede mundial de computadores:** [**http://extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/**](http://extrema.mg.gov.br/imprensaoficial/)**; no quadro de avisos da Câmara Municipal de Extrema, e no site www.camaraextrema.mg.gov.br**. As demais condições constam do presente edital e seus anexos.

03.02. O contrato terá vigência de doze meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses.

**04. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

04.01**.** A despesa advinda da execução do objeto desta licitação correrá por conta do crédito orçamentário sob a classificação funcional programática e categoria econômica abaixo discriminada:

Ficha 20

Conta 3.3.90.39.50 – Outros Serviços de Terceiros P.J./Serviços odontológicos.

**05. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

05.01. Poderão participar deste Pregão pessoas jurídicas ME, EPP ou Equiparadas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

05.02. Estão impedidas de participar desta licitação pessoas jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

05.02.01. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Extrema nos termos do inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

05.02.02. Impedidas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Extrema e Câmara Municipal de Extrema nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002.

05.02.03. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados, nos termos do art. 87, inciso IV, da Lei n° 8.666/93 e não tenha ocorrido a respectiva reabilitação.

05.02.05. Encontram-se falidas ou concordatárias, por declaração judicial, ou em recuperação judicial, ou estejam em processo de liquidação ou dissolução.

**06. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS (nº 01) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (nº 02)**

06.01. Os **ENVELOPES** respectivamente **PROPOSTA DE PREÇOS** (envelope nº 01) e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope nº 02) deverão ser apresentados, fechados (colados), não serão aceitos envelopes grampeados, contendo cada um deles, em sua parte externa, além do nome da (o) proponente, os seguintes dizeres:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023**

 **“ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS”**

**NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

**--------------------------------------------------------------**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023**

 **“ENVELOPE N° 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”**

**NOME EMPRESARIAL (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**

06.02. Os documentos constantes dos envelopes deverão ser apresentados em 1 (uma) via, sem rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise.

06.02.01. A proponente somente poderá apresentar uma única **PROPOSTA.**

06.03. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** (envelope nº 02) poderão ser apresentados em original, cópia simples, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via internet.

06.03.01. A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original ao **PREGOEIRO**, por ocasião da abertura do **ENVELOPE** nº 02, para a devida autenticação.

06.03.01.02. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do **PREGOEIRO**.

06.03.01.03. O **PREGOEIRO** não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será inabilitada.

06.03.02. Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

06.03.03. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final para a entrega dos envelopes.

**07. CONTEÚDO DA PROPOSTA / CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS**

07.01. A proposta deverá ser impressa por processo eletrônico em 01 (uma) única via em papel timbrado da licitante, elaborada conforme modelo de formulário de proposta (**ANEXO II)**, redigida em língua portuguesa, em linguagem clara, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo a data, o nome e a assinatura do responsável, não podendo ser apresentada por meio de cópia "xerox" nem "fax".

07.02. A proposta deverá registrar os elementos indispensáveis à caracterização do objeto da licitação, ser rubricada em todas as folhas e assinada ao final por quem de direito, devendo conter, sob pena de desclassificação, obrigatoriamente:

a) ospreços unitários **com aproximação de no máximo duas(2) casas decimais**; ATENÇÃO: ***no preço unitário já deverão estar inclusos todas as despesas e quaisquer taxas, sejam de inscrição, emissão de carteirinhas, inclusive reemissões por quaisquer motivos. Os preços serão fixos e reajustáveis.***

b) O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma para todos os efeitos. Sendo apresentado prazo inferior, ou não sendo apresentado o prazo, o prazo de 60 (sessenta) dias valerá para todos os efeitos, salvo se o prazo apresentado for superior a sessenta dias. Neste caso, prevalecerá o prazo maior.

07.03. Os preços propostos deverão incluir taxas ou despesas adicionais. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos preços propostos.

07.04. Os preços com valores superiores à média de preços (**ANEXO VIII**), após a rodada final de negociação, serão desclassificados.

07.05. A proposta deverá conter, obrigatoriamente, preços líquidos, nestes incluídos todos os custos necessários à realização do objeto licitado na forma estabelecida neste edital, incluindo todos os serviços, tributos incidentes, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, emolumentos, fretes, seguros, deslocamento e riscos de entrega, além de outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o custo final do objeto. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do (a) licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto. Somente será aceita alteração que não implique em modificação da proposta, ou erros meramente formais.

07.06. A proposta deverá conter a marca do objeto a ser ofertado de maneira clara e inequívoca. Caso seja próprio do objeto deverá também apresentar o modelo nos mesmos termos. A não apresentação de marca acarretará a desclassificação imediata do item ofertado.

07.07. Em se tratando de garantia, a licitante deverá preencher em meses a garantia ofertada. Não sendo ofertada, a garantia será de doze meses para todos os efeitos.

07.08. A proposta desconforme será desclassificada em atendimento aos princípios da Legalidade e aos princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, Isonomia,  Competição e Economicidade.

07.09. Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipal, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos serem juntados ao processo. Essa possibilidade não constitui direito da licitante, e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da consulta. Em face do não saneamento das falhas constatadas, a licitante será declarada inabilitada.

07.10 A desistência da proposta pode ser feita até que seja aberto o primeiro envelope de proposta. O licitante pode desistir de sua proposta ou alterá-la, de qualquer maneira, quer seja o preço quer seja o objeto até a abertura do primeiro envelope. Após a sua abertura, a proposta se torna pública e caso seja aceita, não pode ser mais alterada. Somente na fase de lances ou fase competitiva é lícita a modificação do preço – e somente isso – para menos.

07.11 A não manutenção da proposta enseja o licitante às penas do art. 7º da lei nº 10.520/02, sem prejuízo da multa e demais cominações legais.

**08. CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

08.01. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** pertinentes ao ramo do objeto do **PREGÃO** são os seguintes:

**I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c)decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – **CNPJ**/MF;

1. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
2. Prova de regularidade com débitos relativos aos **Tributos Federais** e à dívida ativa da **União**;

d) Prova de regularidade para com o **FGTS** – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor na data de encerramento do prazo de entrega dos envelopes;

e)Prova de regularidade **Trabalhista**, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

f) Prova de regularidade de Débitos da **Fazenda Municipal** (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

g) As **provas de regularidades** poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

**III – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

1. **Prova de aptidão de desempenho de atividade pertinente e compatível** em características com o objeto da presente licitação, por meio de apresentação de no mínimo um atestado expedido, necessariamente em nome do(a) licitante, por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

**IV – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

IV.a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

IV.b) Será exigida da licitante em recuperação judicial a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 2005.

IV.c) **Balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

O Balanço Patrimonial de que trata a letra “IV.c” correspondente ao último exercício social encerrado, **na forma a seguir:**

a) Tratando-se de Sociedade Anônima, publicação em Diário Oficial ou jornal de grande circulação, acompanhado das respectivas demonstrações de Conta de Resultados. No caso de sociedades civis, o balanço e demonstrações contábeis deverão ser apresentados na forma da legislação civil competente.

b) Os demais tipos societários deverão observar a seguinte distinção:

b.1) Os tipos societários não sujeitos à Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, em cópias das folhas do Livro Diário, contendo termos de abertura e encerramento, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.2) Os tipos societários obrigados à Escrituração Contábil Digital – ECD consoante disposições contidas no Decreto nº 6.022/2007, regulamentado através da IN nº 787/2007 da RFB e disciplinado pela IN nº 109/2008 do DNRC deverão apresentar cópias autenticadas do referido Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, tempestivamente assinados pelo representante legal da empresa e profissional de contabilidade habilitado, vedada a sua substituição por balancetes ou

c) balanços provisórios, podendo ser atualizados por Índices Oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, juntando a estes os seguintes documentos, também referentes ao último exercício social encerrado:

I. Cópia do Recibo de Entrega de Livro Digital transmitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

II. Cópias dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário Digital extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

III. Cópias do Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício extraídos do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped;

IV. Cópia do Requerimento de Autenticação de Livro Digital averbado/registrado junto ao Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC extraído do Sistema Público de Escrituração Digital – Sped ou através do site da Junta Comercial do Estado da sede da licitante.

1. As empresas recém-constituídas que não completaram um exercício social deverão apresentar Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil de abertura, assinados por profissional legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa.

IV.d) Serão considerados qualificados financeiramente os licitantes cujos balanços comprovem liquidez geral (lg), solvência geral (sg) e liquidez corrente (lc) maior ou igual a 1 (>ou=1), calculadas da seguinte forma:

|  |  |
| --- | --- |
| **lg =** | **Ativo circulante + realizável a longo prazo** |
| **passivo circulante + exigível a longo prazo** |

|  |  |
| --- | --- |
| **sg =**  | **ativo total** |
| **passivo circulante + exigível a longo prazo** |

|  |  |
| --- | --- |
| **lc =**  | **ativo circulante** |
| **passivo circulante** |

IV.e) O cálculo acima deverá ser apresentado pela licitante, em papel timbrado, devidamente assinado. Poderá haver arredondamento da apuração do valor do índice. Se a casa decimal for cinco ou menor que cinco, o valor permanecerá. Se for maior que cinco será arredondado para a posição superior.

IV.f) As empresas, mesmo que, com o arredondamento, apresentarem resultado igual ou menor que um, em quaisquer dos índices, de forma alternativa, poderá comprovar a boa situação financeira pela comprovação da existência de patrimônio líquido de 10% do valor global estimado da licitação pelo balanço patrimonial do último exercício social já exigível.

**IV.g – DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:**

1. Deverão ser juntados no envelope de DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO os **demais anexos**.

**V – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

08.02. A apresentação de **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL,** com validade, emitido pela **CÂMARA MUNICIPAL DE EXTREMA** substitui os documentos elencados no item anterior, **com exceção das certidões de regularidade relativas à Seguridade Social (INSS)** e ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),** obrigando ainda a parte a declarar, sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo à habilitação.

08.02.01 É facultado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.

08.02.02. Qualquer documento indispensável para a obtenção do **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, com prazo de validade vencido deverá ser regularizado, impondo-se, para tanto, a apresentação do(s) mesmo(s) juntamente com a documentação contemplada no item “08.02”.

08.02.03. A regularização da documentação aludida no subitem “08.02.01.”, também poderá ser levada a efeito na própria sessão.

08.03. Não será aceito protocolo de entrega ou solicitação de substituição de documentos àquele exigido no **EDITAL** e seus **ANEXOS.**

08.04. Se a(o) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

08.05. Caso a(o) licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o objeto, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos no item anterior.

**09. CONSULTAS, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL**

09.01. O EDITAL poderá ser consultado por qualquer interessado na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Extrema, situada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema, MG, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 08h às 17h, até a data aprazada para recebimento dos documentos e dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”, ou pode ser solicitado pelo e-mail: licitacaoextrema@yahoo.com.br.

09.02 O aviso do EDITAL será publicado no quadro de avisos da Câmara Municipal de Extrema, juntamente com a publicação do edital na íntegra, e também no Diário Oficial do Poder Legislativo de Extrema no seguinte endereço na rede mundial de computadores: https://www.camaraextrema.mg.gov.br/diariooficial/

09.03 O TERMO DE REFERÊNCIA é parte integrante deste Edital. Poderá ser consultado também no quadro de avisos da Câmara Municipal de Extrema, ou solicitado através do e-mail: licitacaoextrema@yahoo.com.br.

09.04 **O edital e toda a documentação desta licitação encontram-se franqueados ao controle interno e externo.**

**10. ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**

10.01. É facultada a qualquer interessado a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do pregão e seus anexos, observado o prazo legal. O prazo para envio do pedido de esclarecimento, por licitante ou cidadão, no pregão presencial, é de até dois dias úteis antes da data da sessão.

10.02. A pretensão referida no subitem “10.01.” poderá ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade superior, por e-mail (licitacaoextrema@yahoo.com.br) e também protocolada na Secretaria Administrativa situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema, MG, CEP 37640-000, das 08h às 17h, nos dias úteis.

10.03 Os pedidos formais de esclarecimentos podem ser realizados através do e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br ou entregues na Secretaria Administrativa situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema, MG, CEP 37640-000, das 08h às 17h, necessariamente, até 05 cinco dias da data do seu término, pessoalmente ou pelos Correios.

10.04 Os esclarecimentos deverão ser prestados no prazo de 24(vinte e quatro) horas corridas, a contar do recebimento da solicitação por parte da autoridade subscritora do edital, passando a integrar os autos do PREGÃO dando-se ciência aos demais interessados.

10.05 As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

**11. PROVIDÊNCIAS/IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

11.1 As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por qualquer cidadão ou licitante que poderão protocolar o pedido formal direcionado à autoridade superior, subscritora deste Edital, por e-mail (licitacaoextrema@yahoo.com.br), ou protocolar na secretaria administrativa da Câmara Municipal de Extrema, situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, bairro Ponte Nova, Extrema, MG em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão.

11.2 Não serão conhecidas às impugnações aos termos do Edital, quando interpostas após o respectivo prazo legal.

11.3 O acolhimento da impugnação importará a invalidação, apenas, dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 A autoridade superior julgará e responderá à impugnação aos termos do Edital em até 24 (vinte e quatro) horas corridas.

**12. DO CREDENCIAMENTO**

12.01. Aberta a fase para CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, consoante previsão estabelecida no item “12.02” deste EDITAL, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, deverão, ainda, identificar-se e exibir a Carteira de identidade ou outro documento equivalente, com fotografia. Documento de identificação do credenciado - pessoa física (cópia do RG ou cópia da Carteira de Habilitação).

12.02. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. O licitante poderá ou não utilizar-se do modelo neste Edital.

12.03. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Ato Constitutivo da proponente ou de outro documento (em original ou cópia autenticada), onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

12.03.01 O não credenciamento ou sua não aceitação implica em desistência da formulação de lances e de recursos.

12.04. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.05. Será admitido somente um representante por proponente. Um representante, somente poderá representar mais de uma empresa proponente, quando as mesmas não apresentarem proposta para os mesmos itens.

12.05.01. Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

12.05.02. A não necessidade de reconhecimento de firma não se confunde com a obrigatoriedade de apresentar a procuração em original ou cópia autenticada.

12.05.03. O licitante que não credencia representante deverá, obrigatoriamente, entregar a declaração de habilitação devidamente assinada – fora dos envelopes de documentação/proposta. O mesmo para a declaração de condição de ME/EPP (se for este o caso).

12.05.04. O credenciamento é um ato facultativo, porém a licitante deverá estar ciente de todas as consequências de seu não credenciamento.

12.05.05. Este pregão possibilita a participação de licitantes via postal, ou seja, que remetam os seus envelopes e declarações via Correios, os efeitos serão os mesmos do não credenciamento de representante. Neste caso, o licitante deverá estar ciente das consequências da participação via Correios, ou seja, tenham ciência que não poderão ofertar lances, manifestar motivadamente a intenção de recurso ou negociar com o pregoeiro.

12.06. A ausência da documentação referida nos itens “12.01, 12.02, 12.03 e 12.04” ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas, impossibilitará a participação da(o) proponente neste PREGÃO, exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

12.07. Desenvolvido o CREDENCIAMENTO das(os) proponentes que comparecerem, o PREGOEIRO declarará encerrada esta etapa/fase, iniciando-se o procedimento seguinte consistente no recebimento e conferência da declaração exigida neste Edital.

**13. RECEBIMENTO DA DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DO TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

13.01. A etapa/fase para recebimento da **DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** será levada a efeito tão logo se encerre da fase de **CREDENCIAMENTO.**

13.01.01. A **DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** não deve integrar os **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, constituindo-se em documento a ser fornecido separadamente, devendo utilizar-se do modelo constante do **ANEXO IV**.

13.01.02. O **TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU EQUIPARADAS** nos termos do **ANEXO VI**, será recebido nesta oportunidade e também **não** deve integrar os **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Se o representante portar uma** cópia do respectivo Estatuto/Contrato Social ou documento equivalente, no qual estejam expressos de que se trata de ME, EPP ou Equiparadas, de forma inequívoca, o termo de opção de que trata este item poderá ser dispensado ou preenchido pelo licitante ou representante legal na própria entrega, ou, se estiver dentro do envelope de documentação de habilitação ou de proposta poderá ser retirado pelo licitante ou seu representante, e tão somente por estes, devendo o envelope de habilitação/proposta serem entregues nos mesmos termos aqui dispostos.

13.02. Iniciada esta etapa/fase, o **PREGOEIRO** receberá e examinará a **DECLARAÇÃO DE QUE A(O) PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**.

13.02.01. A ausência da referida declaração ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da(o) proponente neste **PREGÃO**, impossibilitando, em consequência, o recebimento dos **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**. No entanto, é permitido o preenchimento na própria sessão.

13.02.02. O atendimento desta exigência é condição para que a proponente continue participando do **PREGÃO**, devendo proceder, em seguida, à entrega dos **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**.

13.03. Optando a(o) licitante em não credenciar representante para os atos presenciais, a **DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO** e os **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, poderão ser entregues na Secretaria Administrativa, no mesmo endereço em que será realizada a sessão pública, até o dia e horário aprazados no presente Edital.

**14. ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA**

14.01. Compete ao **PREGOEIRO** proceder à abertura dos **ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS**, conservando intactos os **ENVELOPES DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e sob a sua guarda.

**15. EXAME E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS**

15.01. O **PREGOEIRO** examinará as **PROPOSTAS.**

15.01.01. O exame envolvendo o(s) objeto(s) ofertado(s) implicará na constatação da conformidade do(s) mesmo(s) com as especificações estabelecidas no Edital e seus Anexos, para atendimento das necessidades do órgão requisitante. O **PREGOEIRO** sempre decidirá em favor da disputa.

15.02. Definidas as **PROPOSTAS** que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, o **PREGOEIRO** elaborará a classificação preliminar das mesmas, sempre em obediência ao critério do **MENOR PREÇO,** constando da Ata o motivo das que, eventualmente, neste momento, forem preliminarmente desclassificadas.

**16. DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:**

16.01. Será desclassificada a **PROPOSTA** que não atender as exigências do presente edital e aquela que:

**a)** não estiver assinada por pessoa (s) devidamente credenciada(s);

**b)** apresentar emendas, borrões ou rasuras em lugar essencial;

**c)** não estiver totalmente expressa em Reais (R$);

**d)** for baseada em proposta (s) de outra (s) licitante(s);

**e)** oferecer vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das (os) demais proponentes;

**f)** aquelas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ser demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado; e

**g)** apresentar preço unitário simbólico, irrisório ou de valor zero.

**h)** pelas condições acima poderá ser desclassificada a proposta inteira do licitante ou apenas o item irregular, bem como aquela que não ofertar marca ou mais de uma marca para o mesmo item.

**17. DEFINIÇÃO DOS (AS) PROPONENTES PARA OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**

17.01. Para efeito de **OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS**, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, o(a) proponente que tenha apresentado a proposta de menor preço e todas aquelas que hajam oferecido propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) àquela de menor preço.

17.01.01. Não havendo, pelo menos, 3 (três) propostas em conformidade com a previsão estabelecida no item “17.01.”, o **PREGOEIRO** selecionará, sempre com base na classificação provisória, a melhor proposta e as duas propostas imediatamente superiores, quando houver para que suas proponentes participem dos lances quaisquer que tenham sido os preços oferecidos nas propostas, observada a previsão estampada no subitem 17.01.02.

17.01.02. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, observar-se-ão, também para efeito da definição das proponentes que poderão oferecer lances, as seguintes regras:

**a)** proposta de menor preço e todas as outras cujos valores sejam superiores até 10% (dez por cento) àquela de menor preço, devendo existir, nesta situação, no mínimo, 3 (três) propostas válidas para a etapa de lances, conforme previsto no subitem 17.01; ou

**b)** todas as propostas coincidentes com um dos 3 (três) menores valores ofertados, se houver.

17.01.03. Na hipótese da ocorrência das previsões colacionadas no subitem 17.01.02., alíneas “a” e “b”, para efeito do estabelecimento da ordem da classificação provisória das proponentes empatadas, a correspondente definição será levada a efeito por meio de sorteio. Caberá a vencedora de o sorteio definir o momento em que oferecerá oferta/lance.

17.01.04. Havendo um(a) único(a) proponente ou tão somente uma proposta válida, o **PREGOEIRO** poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do **PREGÃO**, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o próprio preço cotado, ou pela repetição do **PREGÃO** ou, ainda, dar prosseguimento ao **PREGÃO**, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos para a Câmara Municipal de Extrema.

**18. DO OFERECIMENTO OU INEXISTÊNCIA DE LANCES VERBAIS**

18.01. Definidos os aspectos pertinentes às proponentes que poderão oferecer lances verbais, dar-se-á início ao OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, que deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

18.01.01. Somente será(ão) aceito(s) LANCE(S) VERBAL(IS) que seja(m) inferior(es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e/ou do último menor LANCE VERBAL oferecido. A licitação será pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

18.02 O PREGOEIRO convidará individualmente os(as) proponentes classificados(as) para OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS, de forma sequencial, a partir do(a) proponente da proposta de maior preço e as demais em ordem decrescente de valor, sendo que o(a) proponente da proposta de menor preço será o(a) último(a) a OFERECER LANCE VERBAL.

18.03. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

18.04. Quando convocado pelo PREGOEIRO, a desistência do(a) proponente de apresentar lance verbal implicará na exclusão da etapa de LANCES VERBAIS, ficando sua última proposta registrada para a classificação final.

18.04.01 A etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS terá prosseguimento enquanto houver disponibilidade para tanto por parte das proponentes.

18.05. O encerramento da etapa de OFERECIMENTO DE LANCES VERBAIS ocorrerá quando todos os(as) proponentes declinarem da correspondente formulação.

18.06. Declarada encerrada a etapa de OFERECIMENTO DE LANCES e classificadas as propostas na ordem crescente de valor, incluindo aquelas que declinaram do oferecimento de lance(s), sempre com base no último preço/lance apresentado, o PREGOEIRO examinará a aceitabilidade do valor daquela de menor preço, ou seja, da primeira classificada.

18.06.01 Caso entenda que o preço é inexequível, o pregoeiro deverá questionar a licitante a respeito da inexequibilidade/exequibilidade de sua proposta e fazer o devido registo na ata da sessão, a licitação terá efeito suspensivo, independente de interposição recursal, após a abertura do envelope de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, e ficará estabelecido o prazo de dois dias úteis para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço; o efetivo recebimento dos documentos de exequibilidade será em sessão pública, no dia seguinte ao vencimento do prazo concedido, perante os licitantes interessados e a equipe de apoio, no mesmo horário da sessão, independente de convocação. Depois de recebidos os documentos o pregoeiro terá o prazo de 24 horas para analisar a exequibilidade/inexequibilidade da proposta, e encaminhar via e-mail a todos os licitantes a sua apreciação.

18.06.01.01 O licitante com proposta entendida como inexequível poderá enviar a demonstração de exequibilidade de sua proposta pelo e-mail licitacaoextrema@yahoo.com.br ou protocolar na sala da secretaria administrativa da Câmara Municipal de Extrema, situada na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, em Extrema, MG.

18.06.02 Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

a) Planilha de custos elaborada pelo próprio licitante sujeita a exame pelo Pregoeiro e equipe de apoio; e

b) Contratação em andamento com preços semelhantes.

18.06.03 o licitante que ofertar preço considerado inexequível pelo pregoeiro, e que não demonstre posteriormente a sua exequibilidade, se sujeita às sanções administrativas pela não manutenção da proposta, sem prejuízo de outras sanções, inclusive aquela tipificada no art. 93 da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Tal situação deverá ser levada ao conhecimento da Administração para apreciação.

18.07. O PREGOEIRO decidirá pela negociação com o(a) proponente de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.08. Na hipótese de não realização de lances verbais, o PREGOEIRO verificará a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

18.09. Ocorrendo a previsão delineada anteriormente, e depois do exame da aceitabilidade do objeto e do preço, também é facultado ao PREGOEIRO negociar com a proponente da proposta de menor preço, para que seja obtido preço melhor.

18.10. Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresa ou empresa de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

18.10.01. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte.

18.11. Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) minutos, após o encerramento de lances a contar da convocação do PREGOEIRO, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originalmente mais bem classificada, ou revogação do certame.

18.12. O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Havendo equivalência de valores no intervalo estabelecido no item “18.10.”, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta.

18.12.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

18.13. O PREGOEIRO deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e/ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

18.14. Considerada aceitável a oferta de menor preço, independente de comprovação futura de exequibilidade/inexequibilidade, será aberto o envelope contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.

18.15. Para efeito do saneamento, a correção da(s) falha(s) formal (is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fac-simile ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is), inclusive verificação pela internet. O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

18.16. Aberto o invólucro “documentação” em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO.

18.17. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no item anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no presente Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

18.20. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no EDITAL, o(a) proponente será declarado(a) vencedor(a).

18.21. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências de habilitação, o PREGOEIRO examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos itens e subitens antecedentes.

18.22. Sendo a proposta aceitável, o PREGOEIRO verificará as condições de habilitação do(a) proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo(a) proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado(a) vencedor(a), observando-se igualmente as previsões estampadas nos itens e subitens antecedentes. Caso a análise de oferta aceitável ocorra sobre uma proposta cujos documentos de habilitação não tenham sido abertos na sessão, o pregoeiro deverá retomar a sessão pública, comunicando aos interessados, a nova data e horários marcados.

18.23 DO REGIME DE COTAS (PREVISÃO)

Não se aplica.

**19. RECURSO ADMINISTRATIVO**

19.1 O recurso deve ser interposto no final da sessão pública do pregão, ficando o recorrente desde logo intimado de que poderá apresentar memoriais das razões recursais, desenvolvendo por escrito as razões de seu inconformismo expostos na sessão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões (impugnações aos recursos) em igual número de dias, que começam a fluir a partir do término do prazo do recorrente, sem a necessidade de sua intimação, sendo-lhes assegurados a vista imediata dos autos, ampla defesa e o contraditório.

19.2 Interposto o recurso o pregoeiro poderá manter ou reformar a decisão contra a qual se insurge o recorrente.

19.3 Transcorrido o prazo de apresentação das contrarrazões o pregoeiro deverá remeter os autos para a autoridade superior competente para o julgamento dos recursos, em prestigio ao princípio do duplo grau de apreciação. A apreciação do recurso pelo pregoeiro tem o prazo de cinco dias úteis, e o prazo para julgamento do recurso pela autoridade competente também é de cinco dias úteis.

19.4 O recurso tem efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19.5 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro.

19.6 Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

19.7 As razões recursais e contrarrazões poderão ser formalizadas por escrito endereçado ao pregoeiro, por e-mail (licitacaoextrema@yahoo.com.br) ou protocolados na Secretaria Administrativa situada na Av. Delegado Waldemar Gomes Pinto, 1626, Bairro Ponte Nova, Extrema, MG, CEP 37640-000, das 08h às 17h, nos dias úteis.

**20. ADJUDICAÇÃO**

20.01. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, por parte do(a)(s) proponente(s), importará na decadência do direito de recurso, competindo à autoria o **PREGOEIRO** adjudicar o(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

20.02. Existindo recurso(s) e constatada a regularidade dos atos praticados e após a decisão do(s) mesmo(s) a autoridade competente deve praticar o ato de adjudicação do(s) objeto(s) do certame ao(s)(às) proponente(s) vencedor(es)(as).

**21. HOMOLOGAÇÃO**

21.01. Compete à autoridade competente homologar o **PREGÃO.**

21.02. A partir do ato de homologação em até cinco dias úteis a licitante receberá a Comunicação de Compras/Serviços emitida pela Administração.

**22. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO**

22.01. O resultado final do PREGÃO será publicado na no Diário Oficial do Poder Legislativo de Extrema no seguinte endereço na rede mundial de computadores: https://www.camaraextrema.mg.gov.br/diariooficial/; e no quadro de avisos da Câmara Municipal de Extrema.

**23. DA CONTRATAÇÃO**

23.01. Não sendo assinado o contrato ou retirado instrumento equivalente, poderá a Administração convocar o outro proponente classificado, observada a ordem da classificação, para celebrar o contrato ou retirar instrumento equivalente **nas mesmas condições de sua oferta**, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, observada a ampla defesa e o contraditório.

23.02. A(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) comparecer para assinatura do contrato ou retirar instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da efetiva convocação expedida pela Secretaria Administrativa.

23.03. A(s) convocação(ões) referida(s) pode(m) ser formalizada(s) por qualquer meio de comunicação que comprove a data do correspondente recebimento.

23.04. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração. Não havendo decisão, a assinatura do contrato ou retirada de instrumento equivalente deverá ser formalizada no prazo previsto no item “23.02”.

23.05. Para a assinatura do contrato, a Secretaria Administrativa poderá verificar, por meio da internet, a regularidade com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) ou Situação de Regularidade do Empregador e Fazenda Nacional.

23.06. Também para assinatura do Contrato, a(s) proponente(s) adjudicatária(s) deverá(ão) indicar o representante legal ou procurador constituído para tanto, acompanhado dos documentos correspondentes.

23.07. A recusa injustificada de assinar o Contato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, observado o prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida por parte da(s) proponente(s) adjudicatária(s), sujeitando-a(s) às sanções previstas no item 30 e subitens.

**24. DO FORNECIMENTO, DA VIGÊNCIA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA / DA ABRANGÊNCIA MÍNIMA / DAS COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS**

* + 1. Esta contratação terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Câmara Municipal de Extrema, até o limite de 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos, e o preço e as condições atendam aos interesses da Administração.
		2. Não se aplicam à Administração, por eventuais atrasos no pagamento do objeto deste Edital, bem como das obrigações assumidas, qualquer penalização ou compensação financeira. Não se aplicam sobre o valor do objeto descontos sobre eventuais antecipações de pagamentos. Aplica-se como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**25. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO OBJETO / DA VISITA TÉCNICA / DO SEGURO / DA GARANTIA / DA MASSA INICIAL**

25.01. A assistência técnica será prestada pela CONTRATADA no prazo de vigência contratual.

25.02. O objeto deste Contrato será realizado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas a ele pertinentes.

25.03. Fica franqueada aos licitantes interessados a visita técnica na sede da Câmara Municipal de Extrema, em seu horário normal de expediente, das 08h às 12h e das 13h às 17h. Não há necessidade de agendamento.

25.04 A Câmara Municipal de Extrema se reserva no direito de exigir do licitante adjudicado a prestação de garantia ou de execução do contrato, nos termos do artigo 56, §2º da Lei 8.666/93.

25.05 A **massa inicial** com as respectivas datas de nascimentos está relacionada no anexo deste Edital.

**26. DA FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

26.01. O objeto será recebido nos termos, prazos e condições estabelecidas nos artigos 73 a 76 da Lei Federal nº 8.666/93.

26.02. A fiscalização da entrega do objeto será de competência e responsabilidade da Diretoria Administrativa da Câmara Municipal de Extrema.

26.03. O recebimento pela Câmara Municipal de Extrema, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta o LICITANTE da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

26.04 O fornecimento de que trata o objeto será acompanhado e fiscalizado pela servidora Caroline de Souza Lima Paschoal, designada para este fim, denominada em ato próprio Gestora e Fiscal de Contratos, ou qualquer outro servidor que vier a substituí-la, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a esta atribuição. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**27. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

27.01 O pagamento do objeto deste Edital será efetuado diretamente em conta corrente bancária da LICITANTE, indicada por esta, ou mediante boleto bancário, mediante a apresentação da competente nota fiscal e da relação completa dos beneficiários correspondentes à cobrança, ou qualquer outra forma acordada entre as partes.

27.02 **O valor da contrapartida da Câmara Municipal de Extrema terá como base o número de beneficiários regularmente inscritos no plano de assistência à saúde e será repassado diretamente à LICITANTE.**

27.03 Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva realização dos serviços nas condições especificadas em Contrato, neste Edital e de todos os seus anexos, que será atestada pelos servidores responsáveis, pela Diretoria Administrativa, pela própria Administração, ou qualquer outro servidor que viera a substituí-los.

27.04 A nota fiscal ou documento equivalente será emitido pela LICITANTE em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

27.05 A ADMINISTRAÇÃO identificando qualquer divergência na nota fiscal, mormente no que tange a valores dos serviços, deverá devolvê-la à LICITANTE para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

27.06 Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da LICITANTE, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Contrato.

27.07 Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a LICITANTE dará a ADMINISTRAÇÃO plena, geral e irrestrita quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma, e também no que tange a direitos de uso.

27.08 A ADMINISTRAÇÃO poderá deduzir das importâncias a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela LICITANTE nos termos estabelecidos em Contrato.

**28. DA RENOVAÇÃO / DO CRITÉRIO, DATA-BASE E PERIDIOCIDADE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

28.01. Nos termos do previsto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos, e o preço e as condições atendam aos interesses da Administração.

28.02 Havendo renovação contratual, no interesse da administração, apresentadas as justificativas, e de acordo com os preceitos legais, o Contrato sofrerá reajuste, decorrido pelo menos um ano de vigência do contrato nas formas previstas na Lei 8.666/93. O contrato será reajustado anualmente, sempre no mês de seu aniversário, com base na variação dos custos dos serviços odontológicos (VCO). A CONTRATADA deverá oficialmente apresentar o VCO, antes do término de sua vigência.

28.03 **Do reajuste por variação da sinistralidade:** somente será aplicada, anualmente, no mês de aniversário do contrato, a variação da sinistralidade acumulada, quando essa for superior a 60% (sessenta por cento). Caso isso ocorra, de maneira preventiva será apresentada à CONTRATANTE os referidos relatórios e índice de sinistralidade para apreciação da Administração. Caso a Administração entenda pela não aplicação do índice de sinistralidade o contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes.

**29. DA DISPENSA DE GARANTIA PARA PARTICIPAÇÃO / DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

29.01. Não será exigida a prestação de garantia, para participação no presente **PREGÃO.**

29.02 As disposições contratuais serão aquelas estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, registrado na ANS (Agência Nacional de Saúde), e complementado com as cláusulas do contrato padrão da Administração da Câmara Municipal de Extrema, denominado **“Condições Particulares”** cujo conteúdo é parte integrante deste Edital, para todos os seus efeitos.

29. 03 Não há contrato com prazo indeterminado na Administração.

**30. DAS SANÇÕES**

30.01. Ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Extremapelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.

30.02. Pela recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% do valor do instrumento de contrato ou do documento equivalente.

30.03. Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a(o) adjudicatária(o) ficará sujeita)o) às seguintes penalidades:

30.03.01. Advertência;

30.03.02. Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto da licitação:

a)até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

b)superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

30.04. Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

30.05. As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

30.06. A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a empresa contratada os direitos da Administração.

30.07. Será propiciado ao licitante, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**31. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

31.01. A(O) adjudicatária(o) obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25%(vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei Federal 8.666/93.

**32. DOS ANEXOS AO EDITAL**

32.01 Seguem anexos ao presente Edital como parte integrante do mesmo:

32.01.01 Termo de Referência **(ANEXO I);**

32.01.02 Formulário Proposta de Preços **(ANEXO II);**

32.01.03 Modelo de procuração para credenciamento **(ANEXO III);**

32.01.04 Modelo de Declaração de que a (o) proponente cumpre os requisitos de habilitação **(ANEXO IV);**

32.01.05 Declaração de não empregabilidade de menores **(ANEXO V);**

32.01.06 Declaração de Micro Empresa, EPP ou Equiparadas **(ANEXO VI);**

32.01.07 Minuta de Contrato “Condições Particulares” **(ANEXO VII)**;

32.01.08 Orçamento estimado em planilha de quantitativo e média de preço unitárioe mediana **(ANEXO VIII)**;

32.01.09 Relação da Massa Inicial **(ANEXO IX);**

32.01.11Cópia da Lei Municipal nº 4.476/2023 **(ANEXO X).**

**33. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

33.01. As normas disciplinadoras deste **PREGÃO** serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, e dos contratos delas decorrentes.

33.02. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **PREGÃO**, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.

33.03. Não havendo expediente no órgão licitante ou ocorrendo qualquer ato ou fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local estabelecidos neste **EDITAL**, desde que não haja comunicação do **PREGOEIRO** em sentido contrário.

33.04. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público superveniente, devendo invalidá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, sem que caiba direito a qualquer indenização.

33.05. O desatendimento de exigências formais não essenciais deixará de importar no afastamento da proponente, desde que possíveis à exata compreensão de sua proposta e a aferição da sua qualificação, durante a realização da sessão pública do **PREGÃO.**

33.06. A(O)(s) proponente(s) assume(m) o(s) custo(s) para a preparação e apresentação de sua(s) proposta(s), sendo que o órgão licitante não se responsabilizará, em qualquer hipótese, por esta(s) despesa(s), independentemente da condução ou do resultado do **PREGÃO.**

33.07. A apresentação da proposta de preços implicará na aceitação, por parte da(o) proponente, das condições previstas neste **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

33.08. A(O) proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos colacionados em qualquer fase do **PREGÃO.**

33.09. A adjudicação do item deste **PREGÃO** não implicará em direito à contratação.

33.10. Ao pregoeiro ou autoridade superior é facultada, em qualquer fase da licitação, a suspensão da sessão, e a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

33.11. A diligência a que se refere o item anterior pode até mesmo implicar a apresentação de amostra do objeto cotado, ou, a critério do Pregoeiro, a verificação do objeto no local indicado pela licitante.

33.12. São poderes do pregoeiro, sem prejuízo de outros estabelecidos na legislação e jurisprudência: advertir os licitantes; definir parâmetros ou percentagens sobre os quais os lances verbais devem ser reduzidos; tempo para os lances individuais; utilização de celulares; suspender e recomeçar o pregão; convidar a retirar-se do local qualquer pessoa que atrapalhe ou perturbe a sessão, assim como, qualquer um que desobedeça ou desacate o pregoeiro, sem prejuízo da penas legais aplicáveis em cada caso.

33.13. Caso o licitante tenha colocado os documentos de credenciamento no envelope de habilitação ou proposta, a licitante disporá da possibilidade de retirar do envelope os documentos referentes ao credenciamento e devolver os envelopes devidamente lacrados. Não poderá o pregoeiro ou equipe de apoio violar o envelope para coletar os documentos de credenciamento; o envelope deverá ser devolvido ao representante da empresa licitante para que ele mesmo retire a documentação de credenciamento do envelope, lacre-o novamente e o entregue ao Pregoeiro ou equipe de apoio devidamente lacrado. O Pregoeiro poderá, caso seja danificado o envelope, e o seu não aproveitamento, fornecer outro envelope ao licitante.

33.14. Não importa o motivo de o representante credenciado ausentar-se da sessão. A ausência de representante tem o mesmo efeito do não credenciamento. Ou seja, a empresa licitante não será excluída do certame, mas, a partir do momento da saída do representante da sessão, não será mais possível sua manifestação dali para frente. Por exemplo, se o representante se retira da sessão no momento dos lances, fica registrado o último lance por ele ofertado – ou apenas o valor escrito da proposta, caso não tenha sido iniciada a fase de lances orais; caso retire-se no momento da manifestação de recursos, não manifestando sua intenção motivada em recorrer, não poderá interpor recurso posteriormente.

33.15. O credenciamento, assim como cada uma das fases do pregão, tem momento próprio para ocorrer. Assim, até o credenciamento do último licitante, o pregoeiro poderá credenciar licitantes que chegarem atrasados. Entretanto, efetuado o credenciamento do último licitante presente na sala da sessão, findo este e sendo aberto o envelope de proposta de algum licitante, não haverá mais possibilidade para credenciar licitantes que chegarem após este ato.

33.16. Há possibilidade de aproveitamento das propostas com erros materiais sanáveis e irrelevantes em suas respectivas planilhas de custo e de formação de preços, que não prejudiquem o teor das ofertas, em homenagem ao princípio da razoabilidade e quando isso não se mostra danoso aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública.

33.17. A licitante fica obrigada a **DECLARAR**, sob as penas da Lei, a qualquer momento que tenha conhecimento, ou caso ocorram fatos supervenientes, qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensa de contratar com a Administração.

33.18. Os casos omissos neste **EDITAL DE PREGÃO** serão solucionados pelo **PREGOEIRO**, com base na legislação municipal e, subsidiariamente, nos termos da legislação federal e princípios gerais de direito.

**35.** **DO HORÁRIO E LOCAL PARA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS**

35.01 Este EDITAL será afixado para conhecimento e consulta dos interessados no quadro de avisos da Câmara Municipal de Extrema, sendo fornecidas cópias aos que assim desejarem, bem como no site da Câmara Municipal de Extrema, na íntegra, no seguinte endereço:

http://www.camaraextrema.mg.gov.br/licitacoes/

35.02 Maiores esclarecimentos poderão ser obtidos na secretaria, no endereço indicado no preâmbulo, no horário das 8h às 17h, pelo telefone 35 3435 2623, ou ainda, pelo e-mail: licitacaoextrema@yahoo.com.br.

**36. DO FORO**

36.01. O Foro da Comarca de Extrema, MG, será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento da presente licitação. O presidente da Câmara Municipal de Extrema adota na íntegra o parecer jurídico anexo nos autos para todos os efeitos.

Extrema, MG, 24 de julho de 2023.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**SIDNEY SOARES CARVALHO**

**Presidente**

**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

|  |
| --- |
| ***TERMO DE REFERÊNCIA*** |
| **PROCESSO/Nº** | 75/2023PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2023Nº 18/2023 |
| **MODALIDADE/ Nº** |
| **EDITAL /Nº** |
| **OBJETO** | Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência. Total estimado: 247 (duzentos e quarenta e sete). |
| **DISPOSIÇÕES** **GERAIS** | * 1. A prestação dos serviços de assistência odontológica será disciplinada pelo contrato padrão com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde), pelas cláusulas complementares inseridas como anexo ou em condições particulares, pelos termos do Edital, e de todos os seus anexos, em conformidade com a legislação em vigor;
	2. A prestação de serviços compreende todos aqueles dispostos no ROL DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS dispostos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. Havendo inclusão ou acréscimo dos procedimentos estes integração às obrigações da CONTRATADA;
	3. A prestação dos serviços será executada por meio de rede própria da CONTRATADA ou por terceiros por ela credenciados, incluindo profissionais, centros odontológicos, clínicas básicas e especializadas, laboratórios, etc.
	4. A licitação será realizada na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço unitário. O regime de execução é o indireto, com empreitada por preço unitário.
	5. Para fins desta licitação a **condição mínima** obrigatória de **cobertura local** são as cidades de Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí e Pouso Alegre.
	6. É de responsabilidade de a CONTRATADA solicitar os documentos necessários para a inclusão. Havendo divergência na documentação caberá à CONTRATADA apontar qual documento e a sua regularização necessária.
 |
| **DAS JUSTIFICATIVAS** | O presidente da Câmara Municipal de Extrema, Sidney Soares Carvalho, no uso de sua competência como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93 e pela Lei 10.520/2002, e considerando que a contratação do objeto se dará na modalidade Pregão Presencial, pelo menor preço unitário, apresenta as justificativas para essa licitação. Na etapa de planejamento a CONTRATANTE primeiramente identificou a necessidade a ser atendida e, a partir dela, definiu com precisão a solução capaz de atender à sua demanda com a melhor relação custo-benefício, dentre elas, primordialmente, PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema. A presente contratação faz-se necessária para atender à Lei Municipal nº. 4.760/2023 e alterações posteriores tornando evidente a obrigatoriedade de se prestar assistência à saúde dos servidores, vereadores, e seus dependentes.Justifica-se essa contratação com base na Lei Municipal nº. 4.760/2023, e nas seguintes razões:* **Bem-estar e saúde dos servidores e vereadores:** A saúde bucal é um aspecto essencial do bem-estar geral de qualquer indivíduo. Ao oferecer um plano de assistência odontológica, a Câmara Municipal de Extrema estará demonstrando preocupação com a qualidade de vida dos seus servidores e legisladores, garantindo que eles tenham acesso a cuidados preventivos e tratamentos adequados para manter a saúde bucal em dia.
* **Aumento da produtividade e eficiência:** Investir na saúde dos servidores e vereadores significa investir em produtividade. Ao proporcionar um plano de assistência odontológica, a Câmara estará contribuindo para que seus colaboradores mantenham sua saúde em dia, evitando afastamentos e diminuindo o impacto de problemas dentários que poderiam causar desconforto e interferir no desempenho no trabalho.
* **Redução de gastos em longo prazo:** Embora haja um custo inicial para a contratação do plano, no longo prazo, a Câmara pode economizar significativamente, uma vez que a prevenção e o tratamento oportuno de problemas odontológicos podem evitar complicações mais graves e custos elevados com procedimentos mais complexos e ausências no trabalho.
* **Impacto positivo na imagem institucional:** A adoção de um plano de assistência odontológica demonstra compromisso e responsabilidade social por parte da Câmara Municipal de Extrema, mostrando que se preocupa com o bem-estar de seus legisladores, colaboradores e familiares. Essa atitude pode melhorar a imagem da instituição perante a sociedade e a opinião pública.
* **Promoção da saúde preventiva:** O plano de assistência odontológica pode incentivar os servidores e vereadores a cuidarem de sua saúde bucal de forma preventiva, realizando exames periódicos e tratamentos preventivos. Isso contribui para a redução de problemas bucais mais graves e possibilita a adoção de um estilo de vida mais saudável.
* **Impacto positivo na saúde geral:** Estudos mostram que a saúde bucal está diretamente relacionada à saúde geral do indivíduo. Problemas odontológicos não tratados podem levar a condições mais sérias, como doenças cardíacas e diabetes. Com um plano odontológico, os beneficiários têm mais chances de cuidar de sua saúde bucal e, consequentemente, da saúde como um todo.
* Em suma, a contratação de um plano privado de assistência odontológica para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema é uma decisão que atende ao interesse público ao garantir o direito à saúde, melhorar a eficiência do serviço público, promover a prevenção e redução de gastos com saúde, fortalecer a imagem institucional e promover a equidade entre os servidores e legisladores. Essa medida é benéfica para a comunidade como um todo, contribuindo para uma gestão pública mais responsável e eficiente.

 Portanto, no caso em análise, nota-se que o nível técnico para essa contratação é comum. Dessa forma, entende-se que a seleção da proposta efetivamente capaz de atender à demanda, pode ter seu julgamento restrito ao preço ofertado pelos licitantes que atendam aos critérios mínimos fixados no edital, de forma perfeitamente possível escolher a proposta de menor preço unitário. Não há a necessidade de nenhuma técnica mais apurada para a contratação do objeto. Não há nem mesmo um razoável grau de subjetivismo. Desta forma, a CONTRATANTE ao determinar o padrão de execução do objeto pretendido, de modo que os possíveis interessados possam formular suas propostas em atenção às especificações padronizadas, julga ser perfeitamente possível as licitantes competirem com base no valor da proposta e admite-se o julgamento pelo menor preço unitário. O critério de julgamento será o de menor preço unitário.  Por fim, a justificativa para esta modalidade se prende ao fato de que se trata de serviços comuns, sem maiores complexidades técnicas, para efeito de se atender as demandas administrativas e legais, não trazendo insegurança jurídica aos licitantes por falta de alguma informação neste termo de referência.  Portanto, nesta análise prévia, in concreto, baseada na viabilidade técnica e econômica, adotou-se o pregão presencial pelo menor preço unitário para a licitação do objeto.  Lado outro, a opção por pregão presencial se dá pela impossibilidade de uso de recursos de tecnologia da informação visto as quedas constantes da internet na região, o fato de que os fornecedores na região não fazem uso da tecnologia para participação no pregão, fato este facilmente demonstrado, visto que até a presente data não há se quer um único fornecedor cadastrado no órgão, apesar de todos os esforços demandados, e implantação de cadastro básico on line. Do mesmo modo, o órgão CONTRATADA possui esses recursos virtuais, ainda que de forma precária, mas o mercado local não os emprega nem mesmo para um simples cadastro de forma eletrônica. A sua implantação acarretaria custos para a Câmara Municipal de Extrema tais como certificado digital, rede de internet redundante, para os casos de falhas. A Câmara Municipal de Extrema não dispõe de cadastro junto às empresas que efetuam estes serviços, e também não possui recursos técnicos para a sua realização na forma eletrônica. É sabido que a modalidade eletrônica demanda alta capacitação para a sua realização, não disponível neste momento. Ressalta-se, ainda, que a Câmara Municipal de Extrema não utiliza as transferências voluntárias da União. Sendo assim, a escolha da modalidade Pregão Presencial é a que melhor se adequa à contratação do objeto do certame.A CONTRATANTE, em respeito à transparência e à motivação dos atos administrativos, no caso concreto e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende que não é conveniente a participação de empresas em “consórcio” ou “grupo de empresas” no Pregão presencial em tela.Da Adoção de índices (§ 5º, artigo 31 da Lei 8.666/93): considera-se como medida eficaz para aferição da real capacidade da empresa na assunção de obrigações compatíveis com sua verdadeira estrutura e capacidade operacional a adoção de índice igual ou maior que 1.0, visto que, desta forma esse patamar não ultrapassa o estritamente necessário para assegurar a assunção dos compromissos exigíveis da CONTRATADA, guardando relação de razoabilidade e proporcionalidade com o objeto a ser atingido, possibilitando em obter a melhor proposta para a CONTRATANTE, e que não inviabiliza o caráter competitivo do processo licitatório. Coloca-se em relevo que outras documentações serão requeridas que possibilitam dentro do conjunto de exigências avaliarem a capacidade de cumprimento das obrigações a serem assumidas não se restringindo tão somente à análise dos índices, colocadas à disposição pelos artigos 30 e 31 da Lei 8.666/93, ou seja, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira. O quantitativo inicial do contrato foi acrescido de uma variação de 30 % (trinta por cento) visto que essa variação foi verificada ao longo dos anos nos contratos anteriores de plano de saúde. Para fazer frente à necessidade contínua deste objeto foi necessária essa projeção na massa inicial para que se possa atender aos inscritos no Plano Odontológico, dado o limite imposto na Lei 8.666/93 para os seus acréscimos e decréscimos. |
| **DO REGIMENTO E DA VINCULAÇÃO** | A presente licitação será regida em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, e pela Lei Municipal nº. 4.760/2023 e pelas normas, resoluções e disposições da ANS.  |
| **DO REGIME DE EXECUÇÃO** | O Regime de execução é o de execução indireta, com ***empreitada por preço unitário***. |
| **DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATADA** | 1. assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
2. instituir um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com a Câmara Municipal de Extrema na realização dos serviços contratados e outros assuntos correlatos ao objeto do presente Contrato;
3. disponibilizar a cada beneficiário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato o cartão personalizado, seja ele físico ou digital, em conformidade com as disposições da CONTRATADA, manual de orientação para a correta utilização do plano, e a respectiva rede de credenciados. Durante todo o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação.
4. oferecer e disponibilizar atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional;
5. permitir e facilitar à CONTRATANTE o acesso a toda documentação relativa à execução deste Instrumento;
6. não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência expressa da CONTRATANTE;
7. observar, também, as demais normas editadas pelos órgãos que regulam o setor de saúde suplementar;
8. prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente;
9. não caucionar ou utilizar o Contrato a ser celebrado para qualquer operação financeira;
10. assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;
11. assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
12. assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da homologação do Pregão.
13. manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
14. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.
15. Manter sigilo com relação às informações em seu poder.
16. A contratada declara-se ciente e de acordo de que o pagamento somente será efetivado após a comprovação de sua regularidade fiscal, e apresentação dos documentos correspondentes.
17. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
18. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
19. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;
20. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;
21. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;
22. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;
23. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.
 |
| **DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS DA CONTRATANTE** | 1. Efetuar os devidos pagamentos no prazo estipulado;
2. Orientar a CONTRATADA para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram atrasos;
3. Notificar, por escrito, a CONTRATADA, fixando-lhes prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando da aplicação de multas, retenção por danos causados e quaisquer débitos da CONTRATADA;
4. A ausência de notificação não exime o contratado das responsabilidades determinadas no contrato;
5. Para o cumprimento do objeto, a CONTRATANTE, se obriga a fornecer toda a documentação, dados e demais informações que se fizerem necessárias;
6. Prestar as informações necessárias à CONTRATADA para a perfeita execução deste Contrato;
7. Fornecer a relação de beneficiários;
8. Incluir/excluir beneficiários;
9. Fornecer a relação de documentos dos beneficiários.
 |
| **FORMA DE CONTRATAÇÃO** | Pré-pagamento. O valor da contrapartida da CONTRATANTE terá como base o número de beneficiários regularmente inscritos no plano privado de assistência odontológica e será repassado diretamente à CONTRATADA. Todos os procedimentos novos que eventualmente sejam inclusos no Rol de Procedimentos previstos pela ANS, durante a vigência contratual, serão abrangidos pela cobertura contratada. A cobertura para os procedimentos realizados deverá abranger os honorários dos cirurgiões dentistas e demaisauxiliares, materiais, equipamentos, medicamentos, exames e outras taxas que sejam necessárias. |
| **DAS CONDIÇOES DE PAGAMENTO** | 1. O pagamento do objeto deste PREGÃO será efetuado diretamente em conta corrente bancária da CONTRATADA, indicada por esta, ou por meio de boleto bancário, mediante apresentação da nota fiscal correspondente e do respectivo relatório.
2. Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva realização dos serviços nas condições especificadas em Contrato, neste Edital e de todos os seus anexos, que será atestada pelos servidores responsáveis.
3. A nota fiscal ou documento equivalente será emitido pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.
4. A CONTRATANTE identificando qualquer divergência na nota fiscal, mormente no que tange a valores dos serviços, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.
5. Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Contrato.
6. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a CONTRATADA dará a CONTRATANTE plena, geral e irrestrita quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma, e também no que tange a direitos de uso.
7. A CONTRATANTE poderá deduzir das importâncias a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos estabelecidos em Contrato.
 |
| **DA DESPESA** | Os recursos necessários à realização do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.39.50 - Outros Serviços de Terceiros – P.J. Serviços odontológicos. Ficha 20. |
| **DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE** | A contratação terá a sua vigência por doze meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração da Câmara Municipal de Extrema, até o limite de 60 (sessenta) meses, em conformidade com o Inciso II do Artigo 57 da Lei 8.666/93.  |
| **DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS** | As disposições contratuais serão aquelas estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, registrado na ANS (Agência Nacional de Saúde), e ***complementado com as cláusulas de condições particulares que fazem parte do contrato padrão, cujo conteúdo será parte integrante do Edital, para todos os seus efeitos.*** |
| **BENEFICIÁRIOS** | Todos aqueles dispostos em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, e, inicialmente, relacionados no arquivo massa inicial. |
| **DO TOTAL ESTIMADO DE BENEFICIÁRIOS**  | O total da massa inicial é de 190 (cento e noventa) beneficiários, acrescidos de uma variação de 30% finalizando o total do contrato inicial estimado em 247 (duzentos e quarenta e sete). Como o número de beneficiários poderá ter variação mensal para mais ou para menos, em escala de “turn over” de pessoal, com consequente alteração do faturamento mensal, foi acrescido um estimativo de 30% na massa inicial para fazer frente à essa variação, levando-se em consideração a variação já disposta no plano de saúde em vigor na Câmara Municipal de Extrema. |
| **DA TAXA DE INSCRIÇÃO** | A taxa de inscrição e de reemissão de carteirinhas bem como quaisquer outras já devem constar do preço final da CONTRATADA. A CONTRATADA não poderá cobrar nenhum tipo de taxa para a inclusão/exclusão de beneficiários no plano, nem para o contingente inicial, nem para as demais inclusões/exclusões que ocorrerem no decorrer da vigência do contrato. |
| **CARTÃO DE UTILIZAÇÃO / MANUAL / RELAÇÃO** | A CONTRATADA deverá fornecer a cada beneficiário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato o cartão personalizado, seja ele físico ou digital, em conformidade com as disposições da CONTRATADA, o manual de orientação para a correta utilização do plano, e a respectiva rede de credenciados. Durante todo o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado inicialmente. |
| **DA CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL** | O plano é não contributário, cabendo à Câmara Municipal de Extrema a participação compulsória de 100% (cem por cento) da mensalidade. A Câmara Municipal de Extrema poderá deduzir valor correspondente do servidor conforme disposto na legislação municipal. |
| **DAS SANÇÕES** | Ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Extrema pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.Pela recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% do valor do instrumento de contrato ou do documento equivalente.Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a(o) adjudicatária(o) ficará sujeita)o) às seguintes penalidades:a Advertência;Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto da licitação:a)até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;b)superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a empresa contratada os direitos da CONTRATANTE.Será propiciado ao CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes, o direito ao contraditório e à ampla defesa. |
| **DA SINISTRALIDADE** | Não há sinistralidade porque a Câmara Municipal de Extrema não possui nenhum plano odontológico. |
| **DO ÍNDICE DE REAJUSTE ANUAL** | O contrato será reajustado anualmente, sempre no mês de seu aniversário, com base na variação dos custos dos serviços odontológicos (VCO). A CONTRATADA deverá oficialmente apresentar o VCO, antes de sua vigência. **Do reajuste por variação da sinistralidade:** somente será aplicada, anualmente, no mês de aniversário do contrato, a variação da sinistralidade acumulada, quando essa for superior a 60% (sessenta por cento). Caso isso ocorra, de maneira preventiva será apresentada à CONTRATANTE os referidos relatórios e índice de sinistralidade para apreciação da Administração. Caso a Administração entenda pela não aplicação do índice de sinistralidade o contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes. |
| **DAS CARÊNCIAS E OUTRAS RESTRIÇÕES** | * Não poderá haver carência para nenhum dos procedimentos/serviços garantidos contratualmente, para o contingente inicial de beneficiários. Para aqueles que forem incluídos após a massa inicial ficará a critério da CONTRATADA as condições da carência e seus termos.
* Não poderá haver restrições referentes à idade do beneficiário indicado.
* No caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho é assegurado o direito de manutenção da condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que o beneficiário gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.
* No caso de atendimentos eletivos, quando não houver atendimento odontológico credenciado, observar-se-ão os requisitos previstos na Agência Nacional de Saúde.
* Não será disposta nenhuma cláusula de permanência para o beneficiário no plano.
* Não será estabelecida nenhuma cláusula à CONTRATANTE pelo cancelamento do plano a qualquer tempo.
* Não será estabelecida nenhuma cláusula com multa pela exclusão do beneficiário.
 |
| **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL** | A CONTRATADA deverá observar toda a legislação pertinente, e, precipuamente, ao artigo 3º. da Lei 8.666/93. |
| **DO CONTROLE** | Fica franqueado ao controle interno e externo desde já vistas a esta contratação de forma irrestrita. |
| **DA APROVAÇÃO DESTE TERMO DE REFERÊNCIA** | Extrema, MG, 21 de julho de 2023.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Danilo de MoraisDiretor Geral**DESPACHO****APROVO**, na íntegra, esse Termo de Referência (Inciso I, § 2º, art. 7º da Lei 8.666/93).\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Sidney Soares CarvalhoPresidente |

**ANEXO II** **– DO OBJETO (PROPOSTA FINANCEIRA)**

Dados da empresa e de seu representante legal:

**Empresa:**

RAZÃO SOCIAL: XXX

CNPJ: XXX

INSCRIÇÃO ESTADUAL: XXX

PROCESSO Nº.: XXX

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: XXX

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | Descrição | Unid. | **TIPO DE PLANO** | Quant. Estimada Total de usuários | ValorUnitário**PER CAPTA** | Valor TotalEstimado  |
| 01 | **Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência.  | Serviços |  | 247 |  |  |

Prazo da proposta: xxx dias

**Representante Legal:**

Nome: xxx

Endereço: xxx Cidade: xxx UF: xxx

Cargo/função: xxx

CPF: xxx

Carteira de identidade nº: xxx Expedição: xxx

Naturalidade: xxx Nacionalidade: xxx

Declaramos que estamos de acordo com as condições do PREGÃO e de todos os seus anexos.

Local/Data: xxx

**Indicação da forma de pagamento:**

|  |  |
| --- | --- |
| **BOLETO ( )** | **DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE ( )** |
|  | BANCO |  |
| AGÊNCIA |  |
| Nº DA CONTA |  |
| FAVORECIDO |  |

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do Responsável

**ANEXO III**

**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO**

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da matriz), inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_ e inscrição Estadual sob nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada neste ato por seu(s) (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) de Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, nomeia(m) e constitui(em) seu bastante Procurador o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente **PREGÃO PRESENCIAL nº XX/2023,** com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do **PREGÃO**, inclusive apresentar **DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**, os envelopes **PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02)** em nome da Outorgante formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

 A presente Procuração é válida até o dia \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

 Local e data

 Assinatura

*Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.*

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE O PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023.**

DECLARO que nos termos do art. 4º, VII, da Lei nº 10.520 / 2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de plano odontológico nos termos do referido pregão.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE NÃO EMPREGABILIDADE DE MENORES**

|  |
| --- |
| DECLARAÇÃO |
| ....................................................................., inscrito no CNPJ nº ...................., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a).............................................., portadora da Carteira de Identidade nº. ........................................................, CPF nº. ................................................., DECLARA, para fins do disposto no inc. V do art.27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.  ( ).......................................................................(data)......................................................................................................... (representante legal)(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.) |

**ANEXO VI**

**TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

..............................................................., (nome da empresa) com sede na ..................................................., (endereço) inscrita no CNPJ sob o nº ...................................., vem através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, manifestar a sua **opção pelo tratamento diferenciado e favorecido**, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

**DECLARA** ainda, ser:

 **Microempresa** e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

 **Empresa de pequeno porte** enão haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Em ...... de ..................de 20\_\_\_.

.......................................................................................

(assinatura do responsável pela proposta e carimbo da empresa)

**ANEXO VII – MINUTA CONDIÇÕES PARTICULARES CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA**

|  |  |
| --- | --- |
| PROCESSO LICITATÓRIO Nº. | XX/2023 |
| EDITAL Nº. | XX/2023 |
| CONTRATO Nº. | XX/2023 |
| PREGÃO PRESENCIAL Nº | XX/2023 |

**1 CONDIÇÕES PARTICULARES**

1.1 Em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 123/2006, e pela Lei Municipal nº. 4.760/2023 e alterações posteriores, e também pelas leis, resoluções e regulamentos específicos das agências reguladoras brasileiras pertinentes ao objeto do PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2023, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023, do tipo “menor preço unitário” sob o regime de execução indireta, com empreitada por preço unitário, as partes contratantes pactuam as presentes condições particulares, abaixo discriminadas:

**2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

2.1 Este Contrato regular-se-á em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.150, de 05 de janeiro de 2009, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 123/2006, e pela Lei Municipal nº. 4.760/2023 e alterações posteriores, e também pelas leis, resoluções e regulamentos específicos das agências reguladoras brasileiras, vinculando-se ao PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2023, que lhe deu causa, bem como todos os seus anexos;

2.2 Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos, o PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2023 e seus anexos e Termo de Referência;

2.3 Não obstante o que estiver estabelecido nas demais condições previstas em contrato – Plano Privado de Assistência Odontológica – as cláusulas abaixo especificadas prevalecem sobre quaisquer outras em contrário, permanecendo inalterados os demais itens do contrato não modificados por estas condições particulares.

2.4 Este contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderão ser cedidos, transferidos ou subcontratados, total ou parcialmente, sem autorização prévia da CONTRATANTE, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual;

2.5 Qualquer tolerância por parte da CONTRATANTE, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela CONTRATADA, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste contrato e podendo a CONTRATANTE exigir o seu cumprimento a qualquer tempo;

2.6 O objeto deste contrato é a contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência. Total estimado: 247 (duzentos e quarenta e sete).

2.7 A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer serviço em desacordo com o previsto neste contrato ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto no artigo 78 e aplicar o disposto no inciso XI, do artigo 24, todos da Lei Federal nº 8.666/93;

2.8 A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade administrativa, civil e criminal, por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste contrato, ou de omissão em executá-lo, resguardando-se à CONTRATANTE o direito de regresso na hipótese de ser compelida a responder por tais danos ou prejuízos;

2.9 A CONTRATADA guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pela CONTRATANTE ou obtidos em razão da prestação dos serviços, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência do presente contrato e mesmo após o seu término;

2.10 Todas as informações, resultados, relatórios, programas, e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela CONTRATADA na execução dos serviços ora contratados serão de exclusiva propriedade da CONTRATANTE, não podendo ser utilizados como meios de propaganda pela CONTRATADA, através destes, ou por quaisquer meios, não podendo também ser divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente, e, sob pena ainda, da aplicação das penalidades previstas no edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2023 e na Lei Federal nº 8.666/93;

2.11 A CONTRATADA deve fornecer, sob sua inteira responsabilidade, toda a mão-de-obra necessária à fiel e perfeita execução do objeto deste contrato, a qual deverá ser formada por profissionais capacitados e treinados;

2.12 A CONTRATADA deve cumprir os prazos previstos neste contrato e outros que venham a ser fixados pela CONTRATANTE;

2.13 A CONTRATADA deve atender as normas de Segurança e Medicina do Trabalho, no que concerne aos serviços decorrentes da execução do objeto contratual a seu cargo, assumindo todos os ônus e responsabilidades decorrentes;

2.14 A CONTRATADA deve dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução deste contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da CONTRATANTE;

2.15 A CONTRATADA deve realizar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado;

2.16 A CONTRATADA deve apresentar, para fins de acompanhamento e fiscalização dos serviços, o relatório referente aos serviços prestados, bem como aqueles referentes à perfeita elaboração da correspondente nota fiscal, detalhando os procedimentos realizados, quando for o caso;

2.17 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, bem como as suas cláusulas, preservando a CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da CONTRATADA;

2.18 É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a execução do CONTRATO;

2.19 É expressamente proibida a vinculação de publicidade da CONTRATADA relativa a esse processo e à execução de quaisquer serviços objeto deste contrato, salvo se houver prévia-autorização da Administração da CONTRATANTE.

**3 – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS**

A LICITANTE caberá:

3.1 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

3.2 Instituir um funcionário responsável por todo o processo de comunicação com a Câmara Municipal de Extrema na realização dos serviços contratados e outros assuntos correlatos ao objeto do presente Contrato;

3.3 Disponibilizar a cada beneficiário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato o cartão personalizado, seja ele físico ou digital, em conformidade com as disposições da CONTRATADA, manual de orientação para a correta utilização do plano, e a respectiva rede de credenciados. Durante todo o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado no ato da contratação.

3.4 Oferecer e disponibilizar atendimento de urgência e emergência em todo o território nacional;

3.5 Permitir e facilitar à CONTRATANTE o acesso a toda documentação relativa à execução deste Instrumento;

3.6 Não substabelecer as obrigações assumidas sem anuência expressa da CONTRATANTE;

3.7 Observar, também, as demais normas editadas pelos órgãos que regulam o setor de saúde suplementar;

3.8 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

3.9 Não caucionar ou utilizar o Contrato a ser celebrado para qualquer operação financeira;

3.10 Assumir também a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus técnicos no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

3.11 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas ao objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

3.12 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da homologação do Pregão.

3.13 Manter-se em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas e com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

3.14 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

3.15 Manter sigilo com relação às informações em seu poder.

3.16 A contratada declara-se ciente e de acordo de que o pagamento somente será efetivado após a comprovação de sua regularidade fiscal, e apresentação dos documentos correspondentes.

3.17 A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do CONTRATO, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

II. Prova de regularidade com débitos relativos aos Tributos Federais e à dívida ativa da União;

III. Prova de regularidade para com o FGTS – Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (Lei n° 9.012, de 30/03/95), através da apresentação do Certificado de Regularidade de Situação do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal, ou do documento denominado “Situação de Regularidade do Empregador”, com prazo de validade em vigor;

IV. Prova de regularidade Trabalhista, mediante a apresentação da CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da CPDT – Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de negativa;

V. Prova de regularidade de Débitos da Fazenda Municipal (CND) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei, com prazo de validade em vigor;

VI. As provas de regularidades poderão ser Certidões Negativas de Débitos ou Certidões Positivas com efeitos de Negativas.

À CONTRATANTE caberá:

a) Efetuar os devidos pagamentos no prazo estipulado;

b) Orientar a CONTRATADA para que os pagamentos e os documentos de cobrança não sofram atrasos;

c) Notificar, por escrito, a CONTRATADA, fixando-lhes prazos para corrigir eventuais irregularidades, encontradas na execução do contrato, bem como, quando da aplicação de multas, retenção por danos causados e quaisquer débitos da CONTRATADA;

d) A ausência de notificação não exime o contratado das responsabilidades determinadas no contrato;

e) Para o cumprimento do objeto, a CONTRATANTE, se obriga a fornecer toda a documentação, dados e demais informações que se fizerem necessárias;

f) Prestar as informações necessárias à CONTRATADA para a perfeita execução deste Contrato;

g) Fornecer a relação de beneficiários;

h) Incluir/excluir beneficiários;

i) Fornecer a relação de documentos dos beneficiários.

**4 - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO**

4.1 - No interesse da Administração do CONTRATANTE, o valor a ser contratado, poderá ser aumentado ou suprimido, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), conforme disposto no artigo 65, parágrafo 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93;

4.2 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias;

4.3 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E EMISSÃO DA NOTA FISCAL**

a) O pagamento do objeto deste PREGÃO será efetuado diretamente em conta corrente bancária da CONTRATADA, indicada por esta, ou por meio de boleto bancário, mediante apresentação da nota fiscal correspondente e do respectivo relatório.

b) Os pagamentos à CONTRATADA somente serão realizados mediante a efetiva realização dos serviços nas condições especificadas em Contrato, neste Edital e de todos os seus anexos, que será atestada pelos servidores responsáveis.

c) A nota fiscal ou documento equivalente será emitido pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias e/ou previdenciárias.

d) A CONTRATANTE identificando qualquer divergência na nota fiscal, mormente no que tange a valores dos serviços, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, sendo que o prazo estipulado para pagamento será contado somente a partir da reapresentação do documento, desde que devidamente sanado o vício.

e) Nenhum pagamento será efetuado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da CONTRATADA, sem que isto gere direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da execução do objeto deste Contrato.

f) Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a CONTRATADA dará a CONTRATANTE plena, geral e irrestrita quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma, e também no que tange a direitos de uso.

g) A CONTRATANTE poderá deduzir das importâncias a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos estabelecidos em Contrato.

**6 - DA DESCRIÇÃO, DO PREÇO, E DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

6.1 - O preço unitário para o fornecimento do objeto é fixo, reajustável, e estão inclusos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral do objeto deste contrato, da seguinte forma:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | Descrição | Unid. | **TIPO DE PLANO** | Quant. Estimada Total de usuários | ValorUnitário**PER CAPTA** | Valor TotalEstimado  |
| 01 | **Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência.  | Serviços |  | 247 |  |  |

* 1. O valor global estimado do contrato é de R$ XXX

**7 - DA DESPESA**

7.1 As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária 3.3.90.39.50 – Outros Serviços de Terceiros – P.J. / Serviços Odontológicos – Ficha: 20.

**8 - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

8.1 O fornecimento de que trata o objeto será acompanhado e fiscalizado pela servidora Caroline de Souza Lima Paschoal, designada para este fim, denominada em ato próprio Gestora e Fiscal de Contratos, ou qualquer outro servidor que vier a substituí-la, permitida a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a esta atribuição. Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

8.2 O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste CONTRATO.

8.3 Serão anotadas em formulários próprios todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento mencionado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**9 - DA VIGÊNCIA, DA VALIDADE, DA RENOVAÇÃO E SEU CRITÉRIO, DATA-BASE E PERIDIOCIDADE DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, DA REPACTUAÇÃO DO PREÇO**

9.1 Esta contratação terá sua vigência a partir da data de assinatura do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses;

9.2 Nos termos do previsto no inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93, o prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado por igual período, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, por meio de Termo Aditivo a ser firmado entre as partes, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos, e o preço e as condições atendam aos interesses da Administração;

9.3 O contrato terá validade e eficácia legal a partir da publicação de seu extrato, por parte da CONTRATANTE;

9.4 O contrato será reajustado anualmente, sempre no mês de seu aniversário, com base na variação dos custos dos serviços odontológicos (VCO). A CONTRATADA deverá oficialmente apresentar a VCO, antes do término de sua vigência, no mês de aniversário do Contrato.

9.5 Do reajuste por variação da sinistralidade: somente será aplicada, anualmente, no mês de aniversário do contrato, a variação da sinistralidade acumulada, quando essa for superior a 60% (sessenta por cento). Caso isso ocorra, de maneira preventiva será apresentada à CONTRATANTE os referidos relatórios e índice de sinistralidade para apreciação da Administração. Caso a Administração entenda pela não aplicação do índice de sinistralidade o contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes.

**10 - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

10.1 - A execução deste Contrato, bem como os casos omissos nele contidos, regula-se pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII, do artigo 55, ambos da Lei Federal nº 8.666/93;

10.2 - O regime de execução é o de execução indireta, com empreitada por preço unitário, mediante pagamento mensal;

10.3 - O objeto da licitação deverá iniciar a sua execução em até 30(trinta) dias corridos após a assinatura do contrato;

**11 - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

11.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

**12 - DAS PENALIDADES**

12.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, bem como das obrigações assumidas, a Administração da CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Extrema pelo prazo de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa jurídica que praticar quaisquer dos atos contemplados no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo das disposições contidas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, que não conflitem com aquele.
2. Pela recusa injustificada em assinar o instrumento de contrato ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 20% do valor do instrumento de contrato ou do documento equivalente.

Pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste, a(o) adjudicatária(o) ficará sujeita)o) às seguintes penalidades:

a. Advertência;

Pelo atraso injustificado no fornecimento do objeto da licitação:

a)até 30(trinta) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso;

b)superior a 30(trinta) dias, multa de 2%(dois por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso.

Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20%, calculada sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

As multas serão descontadas dos pagamentos contratuais ou, em caso de inexecução total serão cobradas judicialmente.

A inexecução total ou parcial do objeto da licitação, também ensejará a rescisão unilateral do contrato, com as consequências previstas em lei, reconhecendo a empresa contratada os direitos da CONTRATANTE.

Será propiciado ao CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**13 - DA RESCISÃO**

13.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93;

13.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

13.3 A rescisão do Contrato poderá ser:

a. determinada por ato unilateral e escrito da Administração da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias; ou

b. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE; ou

c. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

13.4 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, motivada, e assegurada à observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

14 DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

14.1 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma para o atraso, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou qualquer outro índice oficial que vier a substituí-lo.

**15 - DO PREPOSTO**

15.1 Em conformidade com o artigo 68 da Lei Federal nº 8.666/93, a XXX da LICITANTE é o preposto da CONTRATADA, aceito pela Administração, para representá-la na execução deste contrato.

**16 – FORMA DE CONTRATAÇÃO**

16.1 Forma de contratação: Pré-pagamento. O valor da contrapartida da CONTRATANTE terá como base o número de beneficiários regularmente inscritos no plano privado de assistência odontológica e será repassado diretamente à CONTRATADA. Todos os procedimentos novos que eventualmente sejam inclusos no Rol de Procedimentos previstos pela ANS, durante a vigência contratual, serão abrangidos pela cobertura contratada. A cobertura para os procedimentos realizados deverá abranger os honorários dos cirurgiões dentistas e demais auxiliares, materiais, equipamentos, medicamentos, exames e outras taxas que sejam necessárias.

**17 – DAS DISPOSIÇÕES CONTRATUAIS**

**17.1** As disposições contratuais são as estabelecidas neste termo e no contrato firmado entre as partes, registrado na ANS (Agência Nacional de Saúde para todos os seus efeitos, bem como o edital na íntegra, e todos os seus anexos.

**18 – BENEFICIÁRIOS**

**18.1** Todos aqueles dispostos em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, e, inicialmente, relacionados no arquivo massa inicial, e aqueles que forem contratados durante a vigência desse contrato.

**19 – DO TOTAL ESTIMADO DE BENEFICIÁRIOS**

**19.1** O total da massa inicial é de 190 (cento e noventa) beneficiários, acrescidos de uma variação de 30% finalizando o total do contrato inicial estimado em 247 (duzentos e quarenta e sete). Como o número de beneficiários poderá ter variação mensal para mais ou para menos, em escala de “turn over” de pessoal, com consequente alteração do faturamento mensal, foi acrescido um estimativo de 30% na massa inicial para fazer frente à essa variação, levando-se em consideração a variação já disposta no plano de saúde em vigor na Câmara Municipal de Extrema.

**20 – DA TAXA DE INSCRIÇÃO**

**20.1** A taxa de inscrição e de reemissão de carteirinhas bem como quaisquer outras já devem constar do preço final da CONTRATADA. A CONTRATADA não poderá cobrar nenhum tipo de taxa para a inclusão/exclusão de beneficiários no plano, nem para o contingente inicial, nem para as demais inclusões/exclusões que ocorrerem no decorrer da vigência do contrato.

**21 – DO CARTÃO DE UTILIZAÇÃO / MANUAL RELAÇÃO**

**21.1** A CONTRATADA deverá fornecer a cada beneficiário, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato o cartão personalizado, seja ele físico ou digital, em conformidade com as disposições da CONTRATADA, o manual de orientação para a correta utilização do plano, e a respectiva rede de credenciados. Durante todo o período de vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter a rede de atendimento credenciada em número igual ou superior ao apresentado inicialmente.

**22 – DA CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL**

22.1 O plano é não contributário, cabendo à Câmara Municipal de Extrema a participação compulsória de 100% (cem por cento) da mensalidade. A Câmara Municipal de Extrema poderá deduzir valor correspondente do servidor conforme disposto na legislação municipal.

**23 – DA SINISTRALIDADE**

**23.1** Não há sinistralidade porque a Câmara Municipal de Extrema não possui nenhum plano odontológico.

**24 – DA CARÊNCIA E OUTRAS RESTRIÇÕES**

24.1 Não poderá haver carência para nenhum dos procedimentos/serviços garantidos contratualmente, para o contingente inicial de beneficiários. Para aqueles que forem incluídos após a massa inicial ficará a critério da CONTRATADA as condições da carência e seus termos.

24.2 Não poderá haver restrições referentes à idade do beneficiário indicado.

24.3 No caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho é assegurado o direito de manutenção da condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que o beneficiário gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

24.4 No caso de atendimentos eletivos, quando não houver atendimento odontológico credenciado, observar-se-ão os requisitos previstos na Agência Nacional de Saúde.

24.5 Não será disposta nenhuma cláusula de permanência para o beneficiário no plano.

24.6 Não será estabelecida nenhuma cláusula à CONTRATANTE pelo cancelamento do plano a qualquer tempo.

* 1. Não será estabelecida nenhuma cláusula com multa pela exclusão do beneficiário.

**25 – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

25.1 A prestação dos serviços de assistência odontológica será disciplinada pelo contrato padrão com registro na ANS (Agência Nacional de Saúde), pelas cláusulas complementares inseridas como anexo ou em condições particulares, pelos termos do Edital, e de todos os seus anexos, em conformidade com a legislação em vigor;

25.2 A prestação de serviços compreende todos aqueles dispostos no ROL DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS dispostos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar. Havendo inclusão ou acréscimo dos procedimentos estes integração às obrigações da CONTRATADA;

25.3 A prestação dos serviços será executada por meio de rede própria da CONTRATADA ou por terceiros por ela credenciados, incluindo profissionais, centros odontológicos, clínicas básicas e especializadas, laboratórios, etc.

25.4 A licitação será realizada na modalidade Pregão Presencial do tipo menor preço unitário. O regime de execução é o indireto, com empreitada por preço unitário.

25.5 Para fins desta licitação a condição mínima obrigatória de cobertura local são as cidades de Extrema, Itapeva, Camanducaia, Cambuí e Pouso Alegre.

25.6 É de responsabilidade de a CONTRATADA solicitar os documentos necessários para a inclusão. Havendo divergência na documentação caberá à CONTRATADA apontar qual documento e a sua regularização necessária.

25.7 Cabe ao setor de recursos humanos da Câmara Municipal de Extrema observar o não enquadramento do beneficiário e seus dependentes nos termos da Lei 4.760/2023, procedendo a sua devida exclusão do plano;

25.8 Cabe ao setor de recursos humanos da Câmara Municipal de Extrema informar ao fiscal de contratos a exclusão de qualquer beneficiário e seus respectivos dependentes.

**26 – DA SUJEIÇÃO E DOS CASOS OMISSOS**

26.1 As partes submetem-se às normas da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores modificações, cujos dispositivos fundamentarão a solução dos casos omissos, e à Lei Municipal nº 4.760/2023, e alterações posteriores, e também pelas leis, resoluções e regulamentos específicos das agências reguladoras brasileiras pertinentes ao objeto em complemento à PREGÃO PRESENCIAL Nº XX/2023, PROCESSO LICITATÓRIO Nº XX/2023 e seus anexos.

**27 - DO FORO**

27.1 As partes elegem o foro da Comarca de Extrema, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Extrema, MG, XX de julho de 2023.

|  |
| --- |
| ***Signatários*** |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_XXXPresidenteCâmara Municipal de Extrema**Contratante** | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_XXXXXXXXX**Contratada** |
| ***Testemunhas*** |
|  |
| 01.Nome/Assinatura/CPF |
|  |
|  |
|  |
| 02.Nome/Assinatura/CPF |
|  |
|  |
|  |
|  |

**ANEXO VIII**

ORÇAMENTO ESTIMADO EM PLANILHA DE QUANTITATIVO E MÉDIA DE PREÇO UNITÁRIO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Quant****Unid.** | **Mediana****Valor****Unitário** |
| 01 | **Contratação exclusiva de ME, EPP ou Equiparadas** para a prestação de serviços de PLANO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA para os servidores, vereadores e dependentes da Câmara Municipal de Extrema, para cobertura dos procedimentos odontológicos previstos na Resolução específica e alterações posteriores da ANS e que atendam integralmente a legislação complementar pertinente e em conformidade com a Lei Municipal Nº 4.760/2023, sem coparticipação e sem carência. Total estimado: 247 (duzentos e quarenta e sete). | 247 vidas | **R$** **17,76** |

**ANEXO IX**

**MASSA INICIAL**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **PLANO ODONTOLÓGICO** | **2023** |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **MASSA INICIAL** | **190** |   |  |  |  |  |
|  |   |   |  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  | **DATA NASC.** | **DATA** | **IDADE** |
| **SEQ.** |  |  |  |  |  | **REFERÊNCIA** |  |
| **1** | **Adriana Ramalho Aragusuke** | EFETIVO | 07/11/1975 | 15/06/2023 | 47 |
|  | Gael Ramalho Aragusuke | DEPENDENTE | 03/01/2022 | 15/06/2023 | 1 |
|  | Fernando Macena Aragusuke | DEPENDENTE | 20/03/1981 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Lidio Ramalho Aragusuke | DEPENDENTE | 16/08/1944 | 15/06/2023 | 78 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **2** | **Agata Emanoelle de Almeida Silva** | CONTRATADA | 10/12/1992 | 15/06/2023 | 30 |
|  | Miguel Leonardo de Almeida Jana | DEPENDENTE | 15/01/2014 | 15/06/2023 | 9 |
|  | Manuela Victória de Almeida Lemos | DEPENDENTE | 27/03/2017 | 15/06/2023 | 6 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **3** | **Amanda Lima da Paixão** | EFETIVO | 12/04/1994 | 15/06/2023 | 29 |
|  | Maria Iolanda Lima da Paixão | DEPENDENTE | 07/03/1966 | 15/06/2023 | 57 |
|  | Aluisio Santana da Paixão | DEPENDENTE | 23/03/1969 | 15/06/2023 | 54 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **4** | **Andre Westerstahl de Abreu** | EFETIVO | 08/10/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Lais de Fatima Coelho | DEPENDENTE | 22/05/1987 | 15/06/2023 | 36 |
|  | Adelaide Delega Westerstahl | DEPENDENTE | 02/05/2020 | 15/06/2023 | 3 |
|  | Maria Flor Pereira Westerstahl | DEPENDENTE | 20/03/2016 | 15/06/2023 | 7 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **5** | **Andrea Aparecida Bertolotti** | EFETIVO | 15/06/1975 | 15/06/2023 | 48 |
|  | Ravier Bertolotti Gaspar  | DEPENDENTE | 07/03/2008 | 15/06/2023 | 15 |
|  | Evandro Gaspar |  | DEPENDENTE | 19/10/1968 | 15/06/2023 | 54 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **6** | **Beatriz Oliveira de Sousa** | CONTRATADA | 09/06/1982 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Maximiliano Lemos de Oliveira | DEPENDENTE | 01/03/1976 | 15/06/2023 | 47 |
|  | Sophia Oliveira de Sousa Dutra | DEPENDENTE | 09/07/2009 | 15/06/2023 | 13 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **7** | **Benedito Cesar Silva** | EFETIVO | 12/03/1969 | 15/06/2023 | 54 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **8** | **Bruno Henrinque Abila Fernandes Alves** | CONTRATADO | 07/04/1986 | 15/06/2023 | 37 |
|  | Nicole Tássia Colombo Silva | DEPENDENTE | 07/08/1986 | 15/06/2023 | 36 |
|  | Theo Colombo Silva Alves | DEPENDENTE | 26/03/2019 | 15/06/2023 | 4 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **9** | **Caio Coutinho Lopes** | EFETIVO | 20/06/1992 | 15/06/2023 | 30 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **10** | **Carlos Alberto Claudio** | EFETIVO | 13/05/1981 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Maria Clara de Lima Claudio | DEPENDENTE | 10/07/2023 | 17/07/2023 | 0 |
|  | Marcela Rosa de Lima Claudio | DEPENDENTE | 03/05/1985 | 15/06/2023 | 38 |
|  | Livia de Lima Claudio | DEPENDENTE | 12/07/2016 | 15/06/2023 | 6 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **11** | **Caroline de Souza Lima Paschoal** | EFETIVO | 17/05/1994 | 15/06/2023 | 29 |
|  | Ana Lúcia de Souza Lima | DEPENDENTE | 08/02/1974 | 15/06/2023 | 49 |
|  | Jésus Paschoal Filho | DEPENDENTE | 04/06/1965 | 15/06/2023 | 58 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **12** | **Claudio Martin Brandão** | CONTRATADO | 10/11/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Daiane Dalila Ferreira | DEPENDENTE | 19/11/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Josmar Candido Brandão | DEPENDENTE | 26/02/1970 | 15/06/2023 | 53 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **13** | **Cleber José Couto** |  | EFETIVO | 08/02/1980 | 15/06/2023 | 43 |
|  | Elaine Donizetti de Lima Couto | DEPENDENTE | 27/10/1976 | 15/06/2023 | 46 |
|  | Cauan Couto |  | DEPENDENTE | 30/07/2003 | 15/06/2023 | 19 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **14** | **Danilo de Morais** |  | CONTRATADO | 05/08/1983 | 15/06/2023 | 39 |
|  | Camila Dutra Pereira Morais | DEPENDENTE | 06/11/1987 | 15/06/2023 | 35 |
|  | Lorenzo Dutra Brito Morais | DEPENDENTE | 29/11/2016 | 15/06/2023 | 6 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **15** | **Eder Rogério Gonçalves** | EFETIVO | 22/07/1982 | 15/06/2023 | 40 |
|  | Valdene Gonçalves |  | DEPENDENTE | 28/12/1982 | 15/06/2023 | 40 |
|  | Hellen Thauanne Gonçalves | DEPENDENTE | 30/11/2011 | 15/06/2023 | 11 |
|  | Antonio José Gonçalves | DEPENDENTE | 17/05/1941 | 15/06/2023 | 82 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **16** | **Edney Candido de Souza** | EFETIVO | 14/02/1973 | 15/06/2023 | 50 |
|  | Livia de Souza |  | DEPENDENTE | 05/02/2007 | 15/06/2023 | 16 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **17** | **Edvaldo de Souza Santos Junior** | VEREADOR | 17/05/1980 | 15/06/2023 | 43 |
|  | Gabriel Alves de Souza | DEPENDENTE | 07/02/2002 | 15/06/2023 | 21 |
|  | Marcelo Diniz de Souza | DEPENDENTE | 03/11/2014 | 15/06/2023 | 8 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **18** | **Elias dos Santos** |  | EFETIVO | 26/12/1984 | 15/06/2023 | 38 |
|  | Adriana Aparecida Pinheiro dos Santos | DEPENDENTE | 06/07/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Sara Pinheiro dos Santos | DEPENDENTE | 03/03/2011 | 15/06/2023 | 12 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **19** | **Everton Diego Barreto dos Reis** | CONTRATADO | 28/01/1988 | 15/06/2023 | 35 |
|  | Barbara Puche Abucham Silva | DEPENDENTE | 25/11/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Marcelo Abucham dos Reis | DEPENDENTE | 18/10/2020 | 15/06/2023 | 2 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **20** | **Fabiana Maria de Araújo Paulino** | CONTRATADA | 11/12/1979 | 15/06/2023 | 43 |
|  | João Victor de Araújo Paulino | DEPENDENTE | 09/03/2011 | 15/06/2023 | 12 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **21** | **Fabrício dos Santos Santana** | CONTRATADO | 05/02/1990 | 15/06/2023 | 33 |
|  | Anthony de Sena Santana | DEPENDENTE | 06/05/2016 | 15/06/2023 | 7 |
|  | Jocelma Assis de Sena | DEPENDENTE | 03/10/1982 | 15/06/2023 | 40 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **22** | **Grazieli Dutra** |  | CONTRATADA | 09/06/1987 | 15/06/2023 | 36 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **23** | **Helder Machado Fracasso** | EFETIVO | 21/08/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Emanuelle Kopanyshyn | DEPENDENTE | 31/07/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **24** | **Iara Thereza da Cunha Oliveira** | EFETIVO | 31/07/1993 | 15/06/2023 | 29 |
|  | João Carlos de Paiva Santos | DEPENDENTE | 20/06/1988 | 15/06/2023 | 34 |
|  | Helenice Aparecida da Cunha | DEPENDENTE | 28/02/1970 | 15/06/2023 | 53 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **25** | **Israel Campelo de Oliveira** | CONTRATADO | 12/06/1991 | 15/06/2023 | 32 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **26** | **Jaqueline de Souza Machado** | EFETIVO | 16/08/1985 | 15/06/2023 | 37 |
|  | Maicol Cristovam Aparecido de Paiva Melo | DEPENDENTE | 19/07/1984 | 15/06/2023 | 38 |
|  | Matheus Paiva Souza Melo | DEPENDENTE | 25/06/2008 | 15/06/2023 | 14 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **27** | **João Elias de Godoi** |  | EFETIVO | 07/05/1968 | 15/06/2023 | 55 |
|  | Sandra Regina Pedrassoli Godoi | DEPENDENTE | 17/05/1966 | 15/06/2023 | 57 |
|  | Maria Fernandes de Godoi | DEPENDENTE | 27/12/1946 | 15/06/2023 | 76 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **28** | **Karina Vieira Bonaldo** | CONTRATADA | 16/09/1989 | 15/06/2023 | 33 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **29** | **Keyse Lucas Gonçalves** | CONTRATADO | 02/08/1993 | 15/06/2023 | 29 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **30** | **Lais de Souza Santos** | EFETIVO | 28/03/1987 | 15/06/2023 | 36 |
|  | Judite de Souza Santos | DEPENDENTE | 03/06/1958 | 15/06/2023 | 65 |
|  | José Neves dos Santos | DEPENDENTE | 13/03/1959 | 15/06/2023 | 64 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **31** | **Larissa Cristina Guilhen** | CONTRATADA | 20/07/1993 | 15/06/2023 | 29 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **32** | **Leandro Aparecido da Luz** | CONTRATADO | 12/01/1998 | 15/06/2023 | 25 |
|  | Helio Aparecido da Luz | DEPENDENTE | 10/08/1963 | 15/06/2023 | 59 |
|  | Maria Eunice de Oliveira da Luz | DEPENDENTE | 23/04/1978 | 15/06/2023 | 45 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **33** | **Leandro Marinho** |  | VEREADOR | 24/11/1980 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Patrícia de Moraes Tampelli Marinho | DEPENDENTE | 02/04/1978 | 15/06/2023 | 45 |
|  | Victória dos Reis Marinho | DEPENDENTE | 27/01/2009 | 15/06/2023 | 14 |
|  | Leandro Marinho Júnior | DEPENDENTE | 14/05/2013 | 15/06/2023 | 10 |
|  | Richard Tampelli Seiferth | DEPENDENTE | 12/05/2005 | 15/06/2023 | 18 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **34** | **Leonardo Ademar de Oliveira** | EFETIVO | 01/12/1983 | 15/06/2023 | 39 |
|  | Zilda dos Santos Oliveira | DEPENDENTE | 02/02/1981 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Ana Zilah Xavier dos Santos | DEPENDENTE | 10/06/1953 | 15/06/2023 | 70 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **35** | **Lisaldo da Cunha Vasconcelos** | EFETIVO | 22/07/1961 | 15/06/2023 | 61 |
|  | Andrei de Souza Vasconcelos | DEPENDENTE | 06/05/2006 | 15/06/2023 | 17 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **36** | **Lucio Mauro Chiaperini** | VEREADOR | 01/10/1977 | 15/06/2023 | 45 |
|  | Ana Laura Morais Chiaperini | DEPENDENTE | 25/11/2011 | 15/06/2023 | 11 |
|  | Pedro Henrique Morais Chiaperini | DEPENDENTE | 29/09/2013 | 15/06/2023 | 9 |
|  | Manuela Morais Chiaperini | DEPENDENTE | 17/01/2015 | 15/06/2023 | 8 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **37** | **Luisa Pereira Tesser Ortiz** | CONTRATADA | 17/12/1995 | 15/06/2023 | 27 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **38** | **Luiz Fernando Ferreira** | VEREADOR | 29/12/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Reyveter Luiz Temistocles Ferreira | DEPENDENTE | 31/01/2008 | 15/06/2023 | 15 |
|  | Ravyer Corinthians Gonçalves Ferreira | DEPENDENTE | 07/04/2014 | 15/06/2023 | 9 |
|  | Maria Aparecida Rosa Ferreira | DEPENDENTE | 11/07/1963 | 15/06/2023 | 59 |
|  | Fernando Luiz Ferreira | DEPENDENTE | 29/12/1956 | 15/06/2023 | 66 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **39** | **Luiz Gustavo Martins** | EFETIVO | 27/08/1997 | 15/06/2023 | 25 |
|  | Luiz Gonzaga Martins | DEPENDENTE | 23/09/1970 | 15/06/2023 | 52 |
|  | Aparecida Eniceia da Silva Martins | DEPENDENTE | 06/10/1972 | 15/06/2023 | 50 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **40** | **Marcelo Silvestre Moraes** | CONTRATADO | 09/05/1971 | 15/06/2023 | 52 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **41** | **Márcio José Vieira** |  | VEREADOR | 13/11/1973 | 15/06/2023 | 49 |
|  | Simone Aparecida Silvério Pereira | DEPENDENTE | 05/12/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Eduardo Silvério Vieira | DEPENDENTE | 29/05/2003 | 15/06/2023 | 20 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **42** | **Marcio Roberto Amorim** | EFETIVO | 23/07/1972 | 15/06/2023 | 50 |
|  | Antonia Araujo de Lima Amorim | DEPENDENTE | 24/06/1973 | 15/06/2023 | 49 |
|  | Milena Amorim |  | DEPENDENTE | 21/09/2001 | 15/06/2023 | 21 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **43** | **Marcos dos Santos** |  | CONTRATADO | 11/10/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Marilia Alves Fernandes | DEPENDENTE | 26/12/1984 | 15/06/2023 | 38 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **44** | **Mariana Lima Nascimento** | CONTRATADA | 02/09/1996 | 15/06/2023 | 26 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **45** | **Marília de Cássia Custódio Moreira** | CONTRATADA | 20/01/1992 | 15/06/2023 | 31 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **46** | **Matheus Silva Rocha** | EFETIVO | 23/09/1999 | 15/06/2023 | 23 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **47** | **Maurício de Freitas Gabriel** | EFETIVO | 29/11/1978 | 15/06/2023 | 44 |
|  | Maria Izabel de Freitas Gabriel | DEPENDENTE | 02/07/1940 | 15/06/2023 | 82 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **48** | **Mauro Miloni** |  | EFETIVO | 11/02/1982 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Oswaldo Henrico Alvarenga Miloni | DEPENDENTE | 23/11/2009 | 15/06/2023 | 13 |
|  | Manuella de Souza Miloni | DEPENDENTE | 26/08/2015 | 15/06/2023 | 7 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **49** | **Natanael Jairo Cazzo** | CONTRATADO | 18/02/1989 | 15/06/2023 | 34 |
|  | Giesa Karla Pinto |  | DEPENDENTE | 22/09/1986 | 15/06/2023 | 36 |
|  | José Natanael Pinto Cazzo | DEPENDENTE | 06/06/2022 | 15/06/2023 | 1 |
|  | Maria Helena Cassalho Cazzo | DEPENDENTE | 04/03/1964 | 15/06/2023 | 59 |
|  | Luis Carlos Cazzo |  | DEPENDENTE | 30/04/1960 | 15/06/2023 | 63 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **50** | **Patrícia Messiano Stopa Santos** | CONTRATADA | 11/05/1986 | 15/06/2023 | 37 |
|  | Nadia Maria Messiano | DEPENDENTE | 22/06/1960 | 15/06/2023 | 62 |
|  | Darcy Paula dos Santos | DEPENDENTE | 07/12/1972 | 15/06/2023 | 50 |
|  | Heitor Stopa Santos |  | DEPENDENTE | 19/04/2017 | 15/06/2023 | 6 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **51** | **Pericle Mazzi Filho** |  | VEREADOR | 03/06/1993 | 15/06/2023 | 30 |
|  | Lucca Bertolotti Mazzi | DEPENDENTE | 23/06/2022 | 15/06/2023 | 0 |
|  | Thais Bertolotti Mazzi | DEPENDENTE | 11/02/1989 | 15/06/2023 | 34 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **52** | **Rafael Luciano de Almeida** | CONTRATADO | 17/10/1982 | 15/06/2023 | 40 |
|  | Neide Alves de Almeida | DEPENDENTE | 16/02/1961 | 15/06/2023 | 62 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **53** | **Rafael Silva de Souza Lima** | VEREADOR | 23/05/1982 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Helena Silva Souza Lima | DEPENDENTE | 25/05/2005 | 15/06/2023 | 18 |
|  | Eloa Couto Souza Lima | DEPENDENTE | 15/04/2023 | 15/06/2023 | 0 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **54** | **Ricardo Severino da Silva** | CONTRATADO | 15/07/1979 | 15/06/2023 | 43 |
|  | Erica Aparecida Araujo Martins | DEPENDENTE | 06/07/1982 | 15/06/2023 | 40 |
|  | Paola Araujo da Silva | DEPENDENTE | 08/05/2001 | 15/06/2023 | 22 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **55** | **Rivadario de Anunciação Junior** | CONTRATADO | 12/07/1977 | 15/06/2023 | 45 |
|  | Katia de Paula Rodrigues | DEPENDENTE | 03/10/1978 | 15/06/2023 | 44 |
|  | Maitê Caetano de Almeida | DEPENDENTE | 15/03/2013 | 15/06/2023 | 10 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **56** | **Rodolfo de Moura Cabral** | EFETIVO | 22/12/1983 | 15/06/2023 | 39 |
|  | Elaine Cristina P. M. Cabral | DEPENDENTE | 27/08/1987 | 15/06/2023 | 35 |
|  | Gustavo de Moura Cabral | DEPENDENTE | 09/03/2007 | 15/06/2023 | 16 |
|  | Beatriz Maciel de Moura Cabral | DEPENDENTE | 15/12/2015 | 15/06/2023 | 7 |
|  | Abigail Pedroso Cabral | DEPENDENTE | 11/03/1949 | 15/06/2023 | 74 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **57** | **Rogério Tadeu Lopes** | CONTRATADO | 06/11/1979 | 15/06/2023 | 43 |
|  | Enzo Alexandre Santos Lopes | DEPENDENTE | 22/06/2008 | 15/06/2023 | 14 |
|  | Guilherme Felipe Lopes | DEPENDENTE | 01/08/2010 | 15/06/2023 | 12 |
|  | Isabele Vitoria Lopes | DEPENDENTE | 01/08/2010 | 15/06/2023 | 12 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **58** | **Romário de Lima Rocha** | CONTRATADO | 13/10/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Valéria da Silva Araújo | DEPENDENTE | 06/10/1992 | 15/06/2023 | 30 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **59** | **Rosa Maria Pereira** |  | EFETIVO | 10/02/1958 | 15/06/2023 | 65 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **60** | **Rosiane Silva Brito** |  | CONTRATADA | 09/04/1990 | 15/06/2023 | 33 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **61** | **Sérgio Gonçalves de Arruda** | CONTRATADO | 06/10/1986 | 15/06/2023 | 36 |
|  | Stella Cristine Fre Bazanini | DEPENDENTE | 12/11/1985 | 15/06/2023 | 37 |
|  | Ivanira Dias Gonçalves de Arruda | DEPENDENTE | 20/04/1960 | 15/06/2023 | 63 |
|  | Rodrigo Bazanini Arruda | DEPENDENTE | 04/09/2021 | 15/06/2023 | 1 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **62** | **Sidney Soares Carvalho** | VEREADOR | 03/10/1970 | 15/06/2023 | 52 |
|  | Zilma Soares dos Santos | DEPENDENTE | 31/07/1942 | 15/06/2023 | 80 |
|  | Simone Maria Gonçalves | DEPENDENTE | 25/08/1975 | 15/06/2023 | 47 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **63** | **Silvia Aparecida Rodrigues da Silva** | CONTRATADA | 22/08/1988 | 15/06/2023 | 34 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **64** | **Tamara Martiniuk** |  | VEREADORA | 10/04/1986 | 15/06/2023 | 37 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **65** | **Tamyris Apollonio de Andrade** | EFETIVO | 20/09/1990 | 15/06/2023 | 32 |
|  | Luiz Miguel de Andrade Toledo | DEPENDENTE | 27/04/2010 | 15/06/2023 | 13 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **66** | **Telma Aparecida Maciel** | VEREADORA | 17/08/1976 | 15/06/2023 | 46 |
|  | Dorival de Goes Maciel | DEPENDENTE | 31/07/1957 | 15/06/2023 | 65 |
|  | Cleusa Gonçalves de Lima Maciel | DEPENDENTE | 07/08/1959 | 15/06/2023 | 63 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **67** | **Vagner Pereira** |  | CONTRATADO | 16/09/1980 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Flavia Donizetti Pereira | DEPENDENTE | 26/06/1983 | 15/06/2023 | 39 |
|  | Gabrielly Stephany Pereira | DEPENDENTE | 30/10/2003 | 15/06/2023 | 19 |
|  | Davi Lucas Aparecido Pereira | DEPENDENTE | 17/05/2015 | 15/06/2023 | 8 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **68** | **Valmir de Freitas Fabris** | CONTRATADO | 07/10/1980 | 15/06/2023 | 42 |
|  | Silvana Maria Machado Fabris | DEPENDENTE | 12/06/1978 | 15/06/2023 | 45 |
|  | Laura Fabris |  | DEPENDENTE | 22/03/2011 | 15/06/2023 | 12 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **69** | **Viviane de Lima Leme** | CONTRATADA | 07/12/1981 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Leandro Almeida da Silva | DEPENDENTE | 31/01/1982 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Vitória Tainá de Lima Silva | DEPENDENTE | 07/01/2005 | 15/06/2023 | 18 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **70** | **Walquiria Cristina da Cunha** | CONTRATADO | 07/12/1979 | 15/06/2023 | 43 |
|  | João Pedro da Cunha Santos | DEPENDENTE | 18/12/1998 | 15/06/2023 | 24 |
|  | Heloísa da Cunha Santos | DEPENDENTE | 27/12/2006 | 15/06/2023 | 16 |
|  | Waldir dos Santos |  | DEPENDENTE | 27/10/1971 | 15/06/2023 | 51 |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| **71** | **Washington Rodrigues** | CONTRATADO | 26/05/1982 | 15/06/2023 | 41 |
|  | Sabrina Rodrigues |  | DEPENDENTE | 22/10/1993 | 15/06/2023 | 29 |
|  | Henry Rodrigues |  | DEPENDENTE | 11/07/2020 | 15/06/2023 | 2 |

**ANEXO X**

**LEI MUNICIPAL 4.760/2023**

**LEI Nº. 4.760**

**PUBLICADO**

**Extrema, *18* / *04* / *23***

**DE 18 DE ABRIL DE 2023.**

**“Autoriza o Poder Legislativo a conceder Plano Privado de Assistência à Saúde Médico e Odontológico, e dá outras providências". (Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Extrema)**

# O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE EXTREMA – MG,

Senhor João Batista da Silva, faz saber que a Câmara Municipal de Extrema aprovou e ele sanciona a seguinte

# LEI:

**Art. 1º -** Autoriza o Poder Legislativo a contratar, mediante licitação, Plano Privado de Assistência à Saúde Médico e Odontológico, nos termos da Lei nº. 9.656, de 03 de junho de 1998, em benefício dos vereadores, servidores efetivos, comissionados e contratados e seus respectivos dependentes econômicos.

**Art. 2º -** Serão considerados dependentes econômicos para efeito

desta Lei:

1. **-** o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;
2. **-** o menor de 21 (vinte e um) anos de idade que, mediante autorização judicial, viver na companhia e a expensas do servidor;
3. **-** Os genitores quando não perceberem rendimento de trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, quando a soma dos valores dos rendimentos não seja superior a dois salários-mínimos;

**§ 1º -** A comprovação da condição de estudante referente ao disposto no inciso I deste artigo far-se-á com a apresentação de comprovante de matrícula em instituição de ensino de educação básica, técnica ou superior, ou ainda em cursos de extensão ou aperfeiçoamento com duração igual ou superior a 30 (trinta) horas.

**§ 2º -** A comprovação da não percepção de rendimentos pelos genitores além dos limites estabelecidos pelo inciso III deste artigo far-se-á por meio de declaração do servidor, quando não puder ser comprovada através de outros documentos.

**Art. 3º -** Será descontado na folha de pagamento o valor de 1,0 % (um por cento) sobre o valor do plano de assistência à saúde que o servidor e seus dependentes aderirem a título de participação do servidor no custeio do benefício.

**Parágrafo único -** Será suspenso o plano de assistência à saúde do servidor que se encontre em licença sem remuneração.

**Art. 4º -** O servidor deverá comunicar ao departamento de recursos humanos sempre que um dos seus beneficiários não se enquadrar na condição de dependente econômico, sob pena de responsabilização e devolução do valor pago pela Câmara Municipal referente ao plano.

**Art. 5º -** As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas, suplementadas se necessário.

**Art. 6º -** Fica revogada, na íntegra, a Lei nº. 2.889/2011, permanecendo seus efeitos quanto à contratação do plano de saúde em vigência.

**Art. 7º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

# João Batista da Silva

**- Prefeito Municipal -**